

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025

Juruti



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| Introdução..... | 8 |
| Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... | 9 |
| 1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... | 9 |
| 2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... | 10 |
| Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... | 11 |
| 3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... | 12 |
| 4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... | 13 |
| Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... | 14 |
| 5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... | 14 |
| 6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... | 15 |
| Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... | 17 |
| 7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... | 17 |
| 8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... | 18 |
| Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... | 19 |
| 9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... | 19 |
| 10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... | 20 |
| Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... | 22 |
| 11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... | 22 |
| 12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... | 23 |



| | | |
|--|---|----|
|  | Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível..... | 24 |
| 13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)..... | 24 | |
| 14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil..... | 25 | |
|  | Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico..... | 27 |
| 15 – Empregos Formais por Mil Habitantes..... | 27 | |
| 16 – PIB per capita..... | 28 | |
|  | Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura..... | 29 |
| 17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)..... | 30 | |
| 18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes..... | 31 | |
|  | Objetivo 10 – Redução das Desigualdades..... | 32 |
| 19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)..... | 33 | |
|  | Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis..... | 34 |
| 20 – Acesso à Telefonia Móvel..... | 34 | |
| 21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental..... | 35 | |
|  | Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis..... | 36 |
| 22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo..... | 37 | |
| 23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar..... | 38 | |
|  | Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima..... | 39 |
| 24 – Gastos per capita com prevenção de desastres..... | 39 | |
|  | Objetivo 14 – Vida na Água..... | 41 |
| 25 – Despesa per capita com preservação aquática..... | 41 | |
|  | Objetivo 15 – Vida Terrestre..... | 42 |
| 26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total..... | 43 | |
| 27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total..... | 44 | |
|  | Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes..... | 45 |
| 28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes..... | 45 | |
| 29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes..... | 46 | |
|  | Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação..... | 47 |
| 30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB..... | 48 | |
| 31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)..... | 49 | |
|  | Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)..... | 50 |
|  | Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027..... | 51 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 10 |
| Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 11 |
| Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)..... | 12 |
| Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 13 |
| Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 15 |
| Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 16 |
| Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019- 2023)..... | 18 |
| Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 19 |
| Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)..... | 20 |
| Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)..... | 21 |
| Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)..... | 23 |
| Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 24 |
| Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)..... | 25 |



LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 26 |
| Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 28 |
| Gráfico 16 - PIB per capita, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022) | 29 |
| Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022) | 31 |
| Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 32 |
| Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022) | 33 |
| Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 35 |
| Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 36 |
| Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 37 |
| Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 38 |
| Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 40 |
| Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 42 |
| Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 43 |
| Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 44 |
| Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 46 |
| Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 47 |
| Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022) | 48 |
| Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) | 49 |
| Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2025) | 50 |

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Juruti (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Juruti, a taxa de pobreza apresentou trajetória decrescente de 2019 (aproximadamente 47%) até atingir o ponto mínimo em 2022 (cerca de 40%), evidenciando avanços nesse período. No entanto, em 2023, houve uma reversão dessa tendência, com crescimento significativo da taxa, que chegou a 48,4%, superando inclusive os níveis de 2019. Esse comportamento indica uma vulnerabilidade conjuntural sensível, provavelmente relacionada a fatores econômicos locais ou descontinuidades em políticas sociais (Gráfico 1).

Na RI Baixo Amazonas, o comportamento da taxa de pobreza seguiu uma oscilação mais moderada. Iniciou o período em 2019 com cerca de 54%, manteve relativa estabilidade até 2021 e atingiu o ápice em 2022, com um expressivo aumento para cerca de 60%, o que pode indicar os efeitos pós-pandemia sobre as condições sociais da região. Em 2023, há uma redução para 50,2%, ainda superior ao patamar de 2019, sugerindo que os efeitos adversos ainda não foram plenamente revertidos (Gráfico 1).

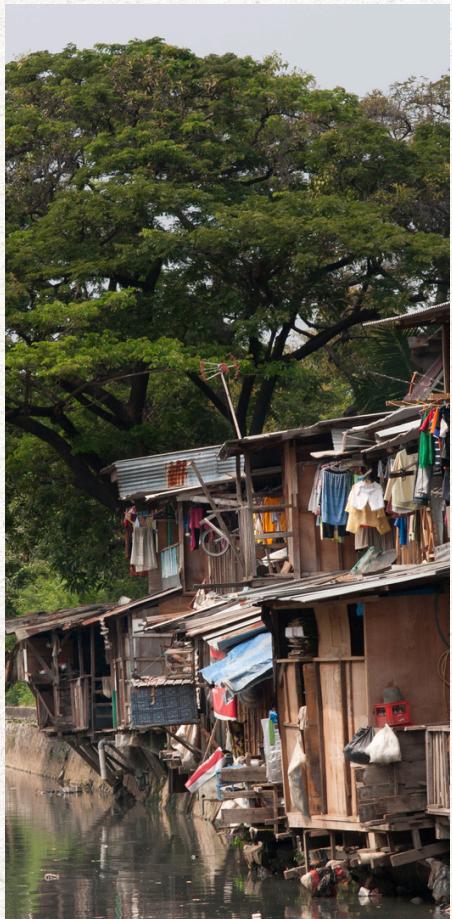
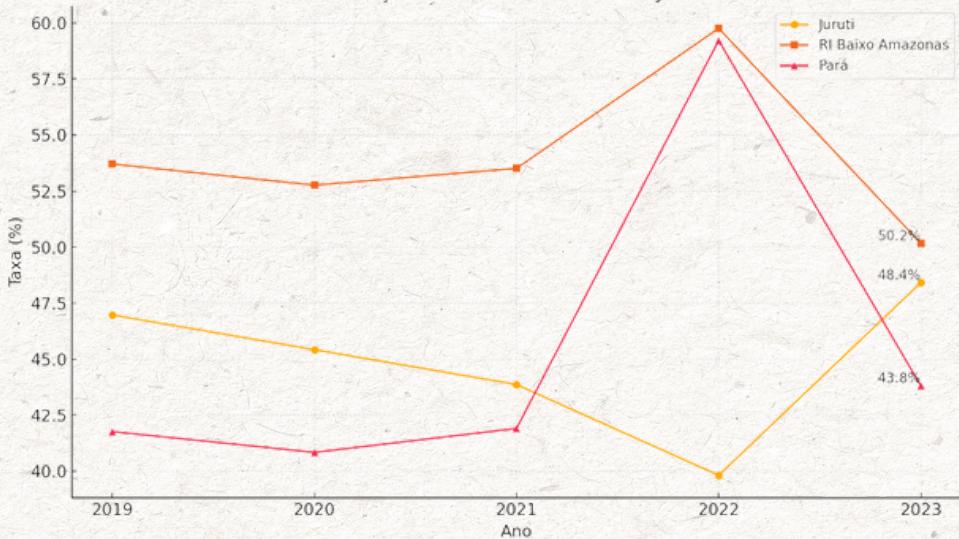




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)

Já o estado do Pará também apresentou forte oscilação. A taxa partiu de cerca de 42% em 2019, teve leve queda até 2020 e subiu levemente em 2021. O salto mais acentuado ocorreu em 2022, com um pico superior a 59%, possivelmente refletindo os impactos econômicos tardios da pandemia de COVID-19. Em 2023, observa-se uma melhora expressiva, com a taxa retornando para 43,8%, próxima aos níveis de 2019, sugerindo alguma recuperação das condições de vida no estado como um todo (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Juruti, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais oscilou de forma mais acentuada. Após um recuo de 2019 (69,5%) para 2020 (67,6%), houve forte crescimento em 2021, atingindo um pico de 75,6%, o maior valor entre todos os recortes analisados. Essa elevação pode estar associada a uma priorização orçamentária durante ou após o período mais crítico da pandemia. Nos anos seguintes, houve redução para 74% em 2022 e, mais acentuadamente, para 70,1% em 2023, mas ainda dentro de um patamar elevado, indicando comprometimento significa-

tivo com áreas prioritárias (Gráfico 2).

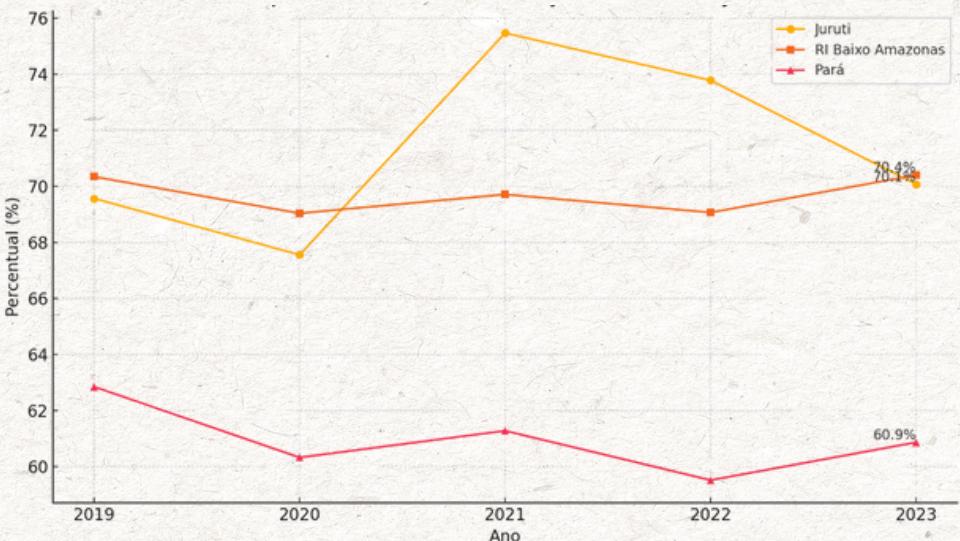
Na RI Baixo Amazonas, o comportamento foi mais estável, com variações discretas entre os anos. A despesa partiu de 70,4% em 2019, caiu levemente até 2020 (68,9%) e oscilou em torno desse valor até 2022. Em 2023, recuperou-se ligeiramente para 70,4%, voltando ao patamar inicial. Essa estabilidade pode ser interpretada como manutenção de prioridades em serviços essenciais, sem grandes alterações na estrutura de gastos da região (Gráfico 2).

No caso do estado do Pará, observa-se uma trajetória ma-

is modesta nas proporções investidas. O percentual iniciou em 63% em 2019, caiu para 60,3% em 2020 e oscilou entre 59% e 61% nos anos subsequentes. Em 2023, fechou em 60,9%, mantendo-se abaixo dos valores observados no município de Juruti e na RI Baixo Amazonas. Essa diferença sugere uma estrutura orçamentária estadual mais distribuída entre diferentes áreas, com menor percentual alocado especificamente em serviços essenciais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Juruti, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou uma tendência inicialmente decrescente entre 2019 (8,35%) e 2021 (7,53%), o que poderia refletir avanços nos cuidados pré-natais ou na melhoria da atenção básica em saúde. No entanto, a partir de 2022, há uma inflexão nessa curva com crescimento contínuo, culminando em 2023 com um valor de 9%, o maior do período. Esse aumento recente pode indicar retrocessos na oferta de serviços de saúde materno-infantil ou agravamento de condições socioeconômicas (Gráfico 3).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a trajetória foi semelhante à do município, com queda de 8,07% em 2019 para 7,71% em 2020, seguida

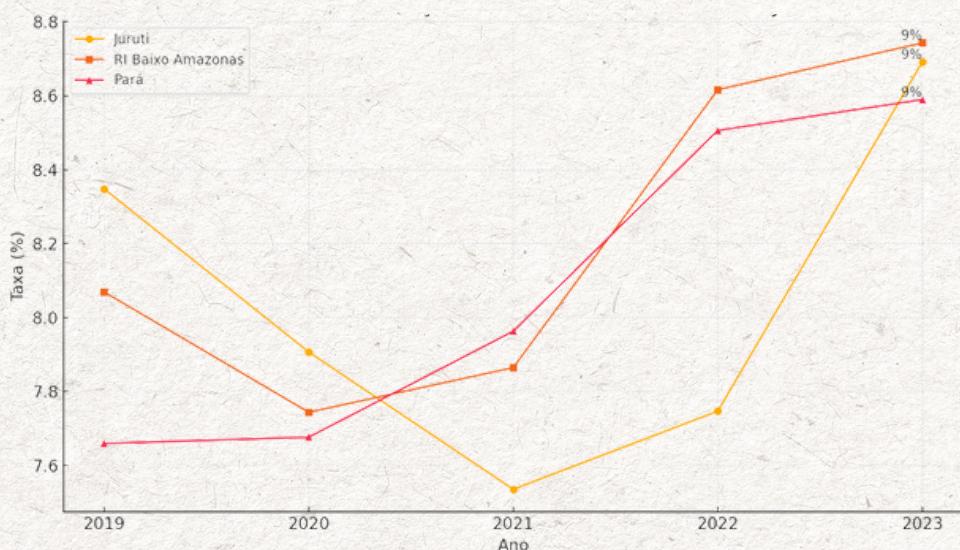
por um crescimento consistente até atingir também 9% em 2023. A RI apresentou, portanto, um comportamento de reversão a partir de 2021, indicando que o fenômeno não é pontual, mas sim regionalizado, talvez influenciado por desafios estruturais nos serviços de saúde e alimentação durante e após a pandemia (Gráfico 3).

O estado do Pará mostrou comportamento mais gradual, com leve oscilação nos primeiros anos: a taxa partiu de 7,64% em 2019, manteve-se quase estável até 2020 e passou a subir progressivamente, encerrando 2023 com 9%. Embora o nível estadual tenha tido menor variação nos primeiros anos, o crescimento contínuo indica uma tendência preocupante

em termos de saúde pública e desenvolvimento infantil. O fato de todos os recortes terem convergido para um mesmo patamar em 2023 (9%) sinaliza um alerta para políticas públicas de saúde e nutrição na primeira infância (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

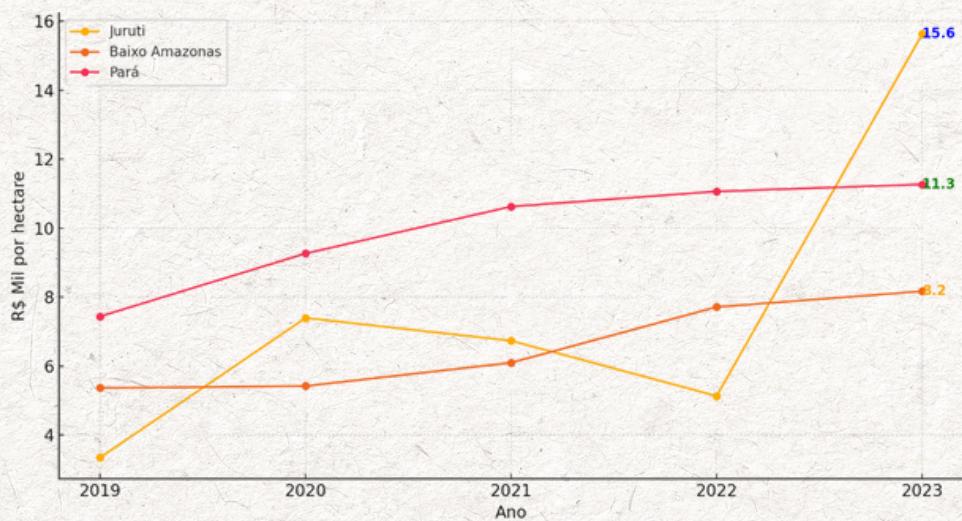
O município de Juruti apresentou variações significativas na produtividade agrícola ao longo do período. Em 2019, iniciou com o menor valor entre os recortes (R\$ 3,3 mil/hectare), teve um crescimento expressivo em 2020 (R\$ 7,3 mil), seguido por leve retração em 2021 (R\$ 6,8 mil) e novo recuo em 2022 (R\$ 5,1 mil). No entanto, o salto mais acentuado ocorreu em 2023, quando a produtividade saltou para R\$ 15,6 mil/hectare, mais que triplicando em relação ao valor inicial. Esse aumento pode estar associado a investimentos pontuais, mecani-

zação ou mudanças na composição das culturas predominantes (Gráfico 4).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a produtividade foi relativamente estável de 2019 a 2020 (R\$ 5,4 mil), com crescimento progressivo nos anos seguintes: R\$ 6,1 mil em 2021, R\$ 7,8 mil em 2022 e R\$ 8,2 mil em 2023. Embora o ritmo de crescimento seja mais moderado que o de Juruti, a RI apresenta uma tendência constante de evolução positiva, sugerindo ganho de eficiência agrícola e expansão de áreas com maior rendimento (Gráfico 4).

Já o estado do Pará apresenta a curva mais estável e ascendente. A produtividade passou de R\$ 7,5 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023, com avanços contínuos a cada ano. Isso revela um padrão estadual de incremento na produtividade, possivelmente impulsionado por políticas de apoio à agricultura, expansão de culturas comerciais e aprimoramento tecnológico. O desempenho estadual, ainda que sem saltos abruptos, denota uma base sólida de crescimento no setor primário (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

No município de Juruti, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma expressiva queda entre 2019 e 2022. Em 2019, a taxa era bastante elevada, atingindo 27,5 óbitos por mil nascidos vivos, mas houve uma redução significativa até 2022, quando chegou ao menor valor da série: 7,3. Esse recuo pode estar associado a melhorias em serviços de atenção básica, saneamento ou vigilância em saúde materno-infantil. Contudo, em 2023, a taxa voltou a subir de forma acentuada para 16, indicando uma possível descontinuidade nas políticas públicas ou agravamento de fatores socioambientais (Gráfico 5).

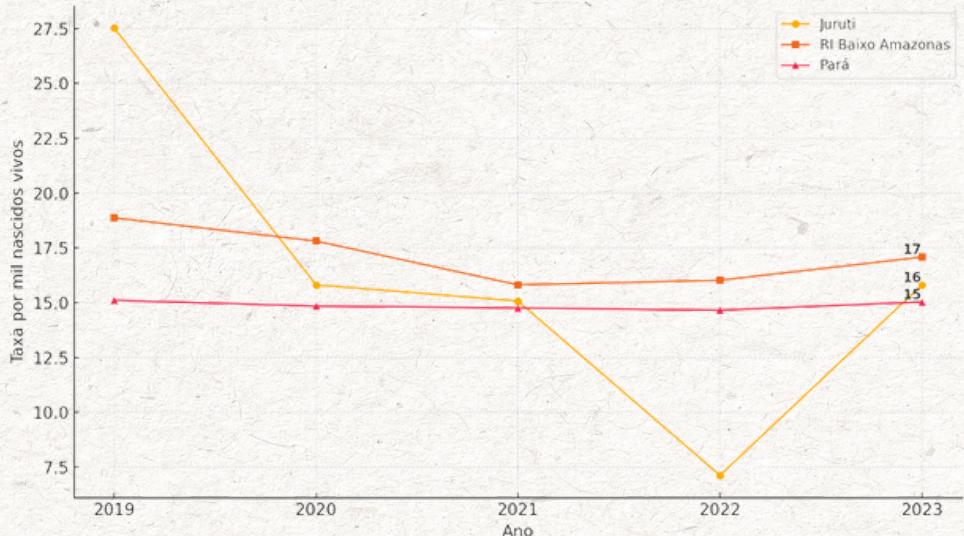
A Região de Integração Baixo Amazonas teve uma trajetória mais estável e com menor amplitude. A taxa começou em 18,9 em 2019, apresentou queda gradual até 2021 (16,0), e a partir de então retomou uma leve alta, encerrando 2023 com 17 óbitos por mil nascidos vivos. Essa tendência sugere uma relativa resiliência nos serviços regionais, mas também aponta para dificuldades estruturais em reduzir de forma mais consistente os níveis de mortalidade infantil na região (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)

O estado do Pará, por sua vez, manteve um comportamento mais linear ao longo do período, com variações sutis. A taxa iniciou em 15,1 em 2019, apresentou uma leve redução nos anos seguintes até atingir 14,6 em 2022, e voltou a subir discretamente para 15 em 2023. Esses dados indicam uma certa estabilidade nos indicadores estaduais de saúde infantil, embora sem avanços expressivos, o que sugere a necessidade de reforço em ações voltadas à primeira infância em escala estadual (Gráfico 5).



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em Juruti, o número de médicos por 10 mil habitantes apresentou um crescimento notável entre 2019 e 2023. Partindo de um nível relativamente baixo de 5,5 médicos em 2019, o município elevou progressivamente sua cobertura, atingindo 7,5 em 2021, 8,3 em 2022, e culminando com 12 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Esse avanço pode refletir esforços de ampliação do acesso à saúde, provimento de profissionais por programas federais ou estaduais, e investimentos locais em infraestrutura e atração de mão de obra especializada (Gráfi-

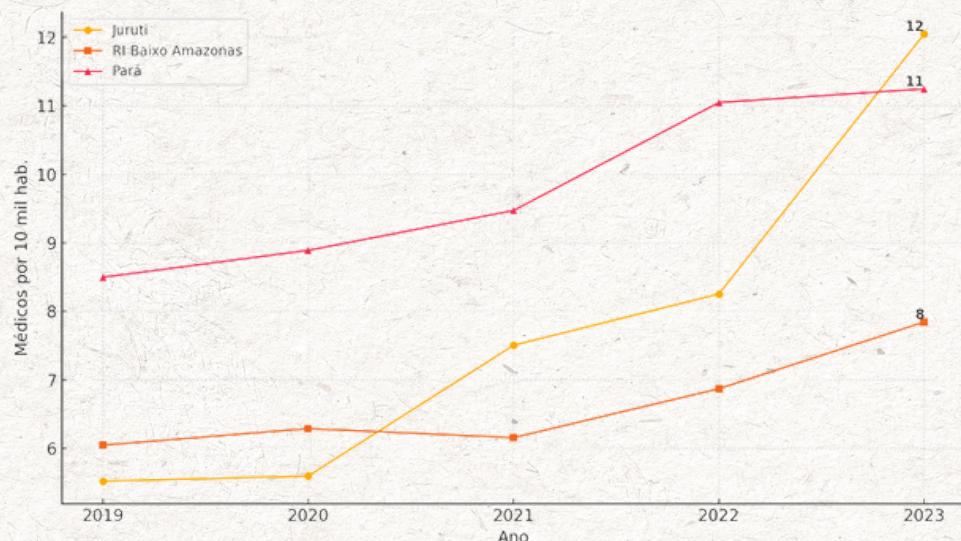
co 6).

Na RI Baixo Amazonas, o aumento no número de médicos foi mais moderado. A cobertura iniciou em 6,0 em 2019, manteve-se relativamente estável até 2021, com pequena queda em 2021 (6,2), e voltou a subir nos anos seguintes, chegando a 8,0 em 2023. Embora o ritmo de crescimento tenha sido menor que o de Juruti, a região conseguiu ampliar sua capacidade médica, o que pode representar ganhos em atendimento primário e em resolutividade da atenção à saúde regional (Gráfico 6).



No estado do Pará, o crescimento foi contínuo e mais expressivo em termos absolutos. O indicador partiu de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e chegou a 11,1 em 2023. Este aumento gradual, porém, consistente, aponta para uma tendência positiva de fortalecimento do sistema de saúde estadual, com possíveis impactos na qualidade da atenção básica e especializada. Contudo, a distribuição desigual ainda é uma preocupação, já que os dados mostram avanços mais intensos em áreas específicas como Juruti, enquanto outras regiões podem manter níveis inferiores de cobertura (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

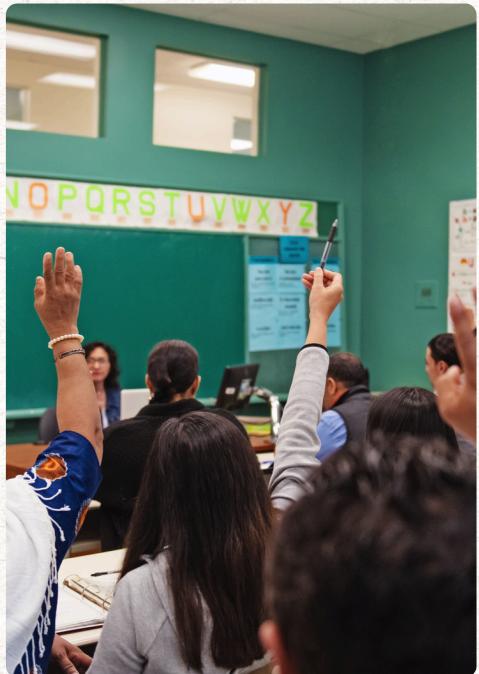
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

No município de Juruti, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou inicialmente uma leve queda entre 2019 (288) e 2021 (278), sinalizando certa estabilidade na oferta educacional proporcional à população. A partir de 2022, porém, houve um salto significativo para 331 vagas por mil habitantes, possivelmente impulsionado por políticas de ampliação da rede pública de ensino ou reorganização de turmas. Em 2023, observa-se uma leve redução para 301 vagas, mas ainda em patamar elevado, indicando uma capacidade instalada de atendimento educacional superior à média regional e estadual (Gráfico 7).

Na RI Baixo Amazonas, o comportamento foi de estabilidade entre 2019 e 2021 (em

torno de 276 a 278 vagas por mil habitantes), seguido de uma queda contínua a partir de 2022, quando o indicador caiu para 257 e, posteriormente, para 235 em 2023. Essa redução sugere uma possível retração no número de matrículas, associada talvez à diminuição da demanda, reorganização de escolas ou desafios logísticos no interior da região. O declínio contrasta com a tendência de Juruti, apontando disparidades intrarregionais quanto à capacidade de oferta de ensino público (Gráfico 7).

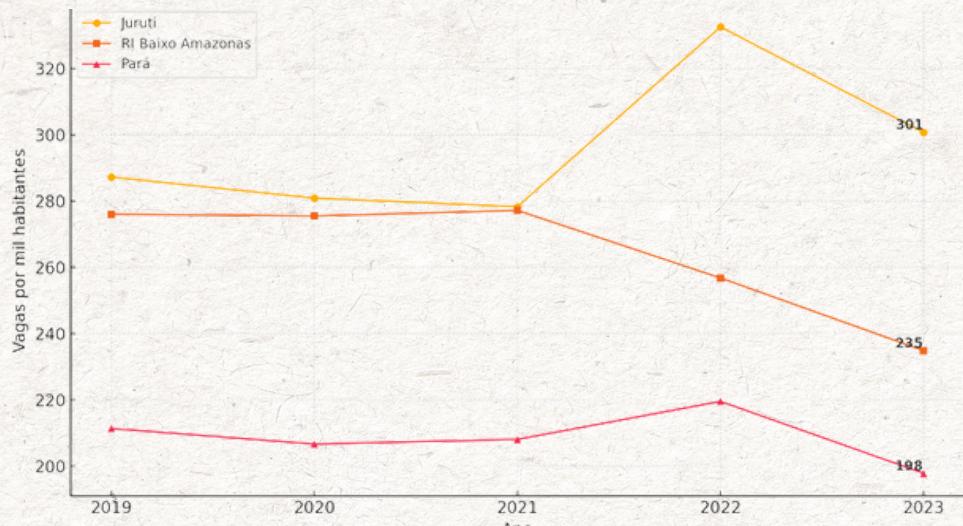
No estado do Pará, o número de vagas por mil habitantes foi inferior aos demais recortes durante todo o período analisado. Em 2019, o índice era de 211, com pequenas variações até 2021, quando houve um leve au-



mento (213), seguido de uma alta mais significativa em 2022 (219), possivelmente como resposta a demandas represadas pela pandemia. No entanto, em 2023 o número voltou a cair para 198, o menor valor da série, o que pode indicar uma redução na taxa de cobertura educacional proporcional à população estadual (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 301 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

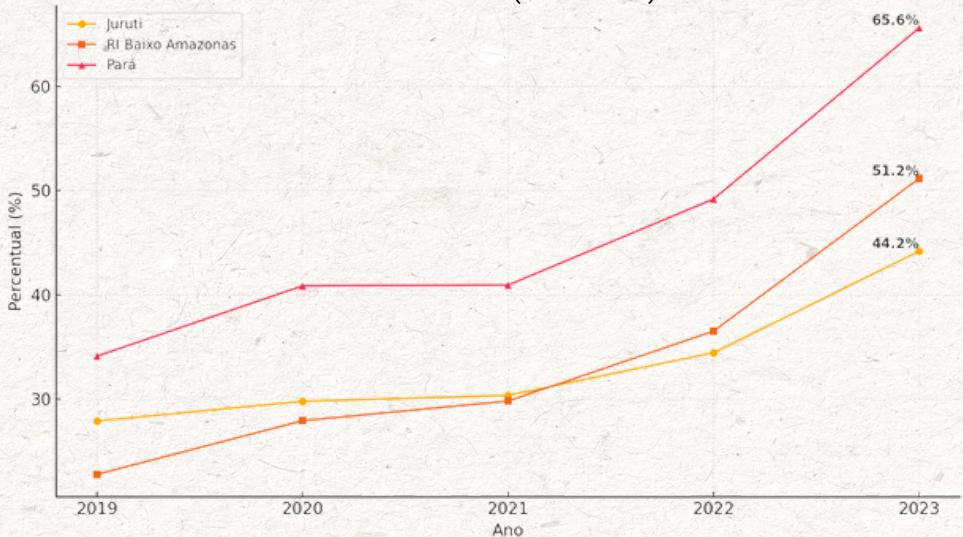
Em Juruti, o percentual de escolas com acesso à internet cresceu de maneira constante, passando de 27,9% em 2019 para 30,2% em 2021. A partir de 2022, houve uma aceleração mais visível, com o indicador subindo para 34,5% e, em 2023, alcançando 44,2%. Apesar de ainda estar abaixo dos níveis estadual e regional, esse avanço revela esforços de digitalização e conectividade, fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem, especialmente em um contexto pós-pandemia (Gráfico 8).

Na RI Baixo Amazonas, o crescimento do indicador foi ainda mais expressivo. Partindo de um patamar mais baixo (22,4%) em 2019, o percentual de escolas com internet subiu gradualmente até 2021 (29,8%) e apresentou uma forte alta em 2022 (36,6%), culminando com 51,2 % em 2023. Esse resultado indica uma importante inflexão na política de infraestrutura digital educacional da região, possivelmente apoiada por investimentos públicos ou parcerias com iniciativas privadas (Gráfico 8).

No estado do Pará, o percentual de escolas com acesso à internet começou mais alto que os demais recortes (34,2% em 2019) e manteve crescimento constante. O avanço foi de cerca de 6 pontos percentuais entre 2019 e 2021 (40,7%) e mais acen-tuado a partir de 2022 (48,9%), chegando a 65,6% em 2023. Isso demonstra uma evolução significativa da infraestrutura tecnológica educacional em escala estadual, o que contribui para reduzir desigualdades no acesso a recursos digitais entre áreas urbanas e rurais (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



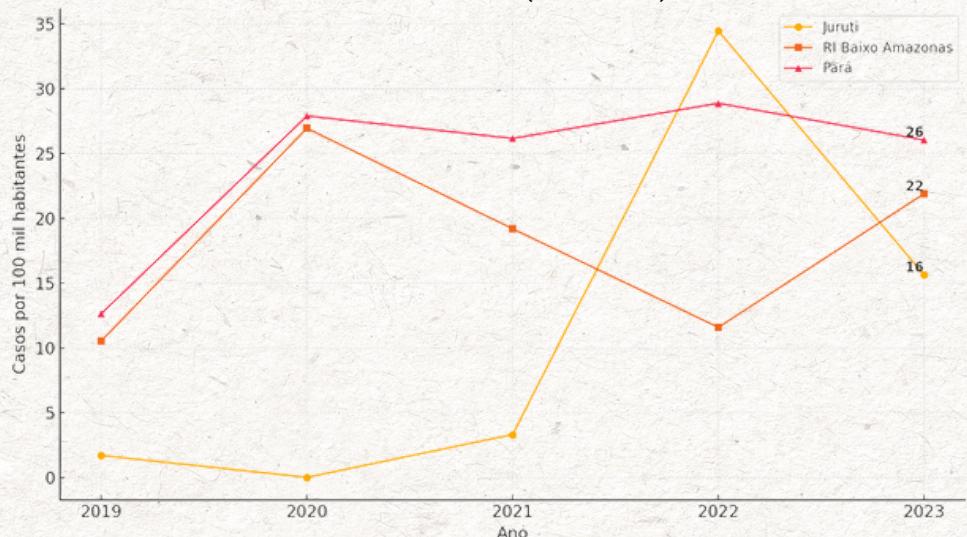
Em Juruti, o indicador apresentou uma variação extrema ao longo do período. Em 2019, havia 2 casos por 100 mil habitantes, com uma redução a zero em 2020. A partir de 2021, os registros voltam a subir, atingindo o pico de 34 casos por 100 mil em 2022 – um salto significativo que pode refletir tanto um agravamento da violência quanto melhorias nos mecanismos de notificação e denúncia. Em 2023, o indicador caiu para 16, ainda superior à média dos primeiros anos, o que indica necessidade de atenção contínua às políticas de proteção à mulher (Gráfico 9).



Na RI Baixo Amazonas, a série apresentou flutuações mais moderadas. A taxa cresceu de 10,6 em 2019 para 26,9 em 2020, possivelmente refletindo os efeitos da pandemia e maior visibilidade da violência doméstica. Após esse pico, observou-se queda até 2022 (11,7) e nova elevação em 2023 (22,0). Essa oscilação pode indicar uma realidade marcada tanto por desafios persistentes quanto por esforços intermitentes de enfrentamento da violência de gênero (Gráfico 9).

O estado do Pará apresentou os valores mais elevados ao longo da série, com crescimento entre 2019 (12,7) e 2020 (27,7), estabilidade até 2022 (29,0), e queda para 26 em 2023. O padrão relativamente alto em todo o período sugere uma situação estruturalmente crítica. Apesar da leve melhora recente, o dado evidencia que a violência contra mulheres por parceiros íntimos continua sendo um problema grave e generalizado, exigindo políticas consistentes e ações intersetoriais (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Juruti, o percentual de mulheres em cargos gerenciais teve evolução positiva até 2022, passando de 40% em 2019 para 49,4%. Essa trajetória ascendente pode indicar avanços em igualdade de gênero no mercado de trabalho local e ações afirmativas. Entretanto, em 2023 houve uma queda para 46,5%, o que levanta preocupações sobre a sustentabilidade desses avanços e possíveis retrocessos institucionais ou culturais que limitam o acesso feminino a posições de liderança (Gráfico 10).

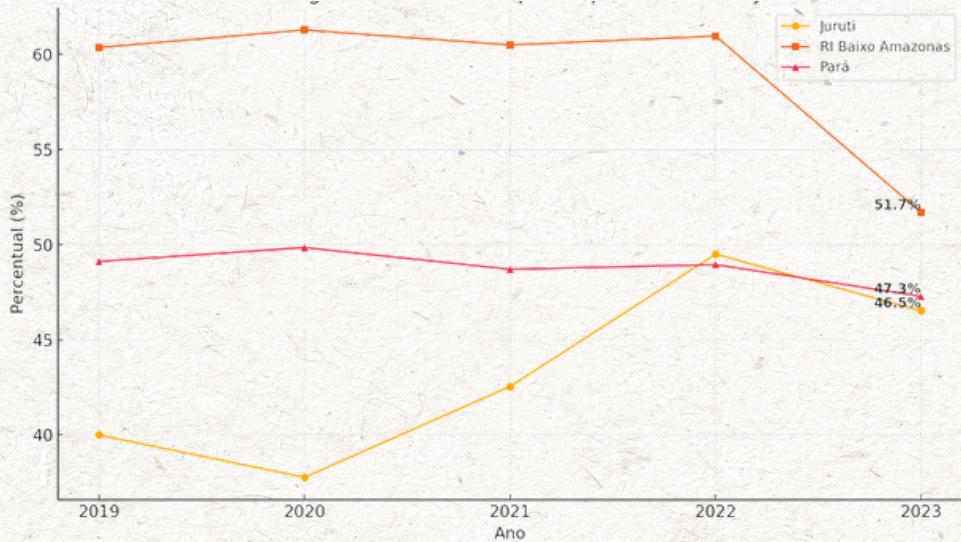




Na RI Baixo Amazonas, o indicador começou em patamar elevado (60,4%) em 2019 e se manteve estável até 2022, com variações mínimas. Em 2023, porém, houve queda expressiva para 51,7%, a maior redução da série. Essa mudança abrupta pode refletir dinâmicas econômicas ou institucionais que impactaram negativamente a equidade de gênero em posições de liderança na região, e merecem investigação e resposta direcionada (Gráfico 10).

O estado do Pará manteve estabilidade em torno de 49% até 2022, quando passou por uma leve redução para 47,3% em 2023. Apesar de menor que os percentuais da RI Baixo Amazonas até 2022, o estado teve uma trajetória mais consistente e menos volátil. Ainda assim, a queda recente acende um alerta sobre a manutenção de políticas de promoção da liderança feminina, especialmente em contextos pós-crise, em que a retomada econômica pode priorizar padrões de gestão tradicionais e masculinizados (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

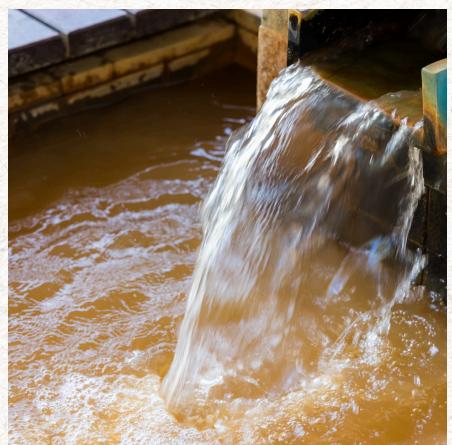
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Juruti, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto manteve-se em níveis extremamente baixos ao longo do período, iniciando em 0,4% em 2019 e alcançando apenas 0,6% em 2023. A variação, embora positiva, é muito discreta e revela uma situação crítica de exclusão sanitária entre os grupos mais vulneráveis. O ritmo lento de avanço sugere ausência de investimentos estruturantes ou dificuldades técnicas na expansão da rede de esgoto para áreas periféricas ou informais (Gráfico 11).

Na RI Baixo Amazonas, os dados indicam uma leve melhoria. Em 2019, 1,5% da população de baixa renda tinha acesso à coleta de esgoto, e esse número subiu lentamente até 2,2% em 2023. Ainda que o nível de cobertura permaneça baixo, o crescimento foi mais consistente que o observado em Juruti, o que pode refletir a atuação de políticas regionais com algum grau de expansão dos serviços, mesmo que restrita às áreas urbanas com maior

densidade (Gráfico 11).

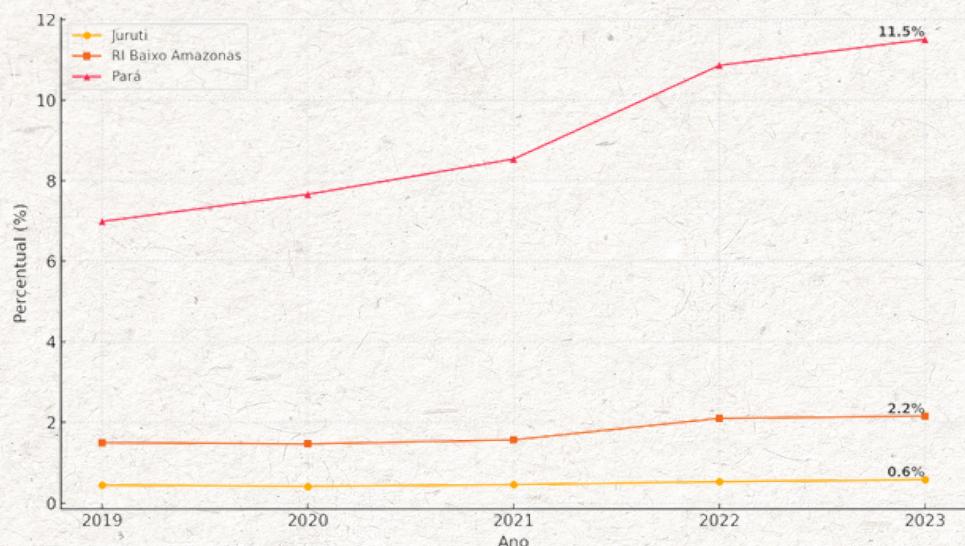
O estado do Pará apresentou um desempenho mais robusto. Partindo de 7% em 2019, houve crescimento contínuo até alcançar 11,5% em 2023. Apesar de ainda representar uma minoria da população de baixa renda, esse avanço indica um esforço estadual mais estruturado de ampliação dos serviços de saneamento básico, especialmente voltados a reduzir desigualdades de acesso. O crescimento acelerado a partir de 2021 sinaliza a possí-



vel intensificação de programas públicos ou parcerias voltadas ao saneamento em áreas vulneráveis (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Juruti, o gasto municipal com saneamento básico por habitante teve um salto expressivo nos últimos anos. De um patamar praticamente nulo em 2019 (R\$ 0,23) e 2021 (R\$ 0,05), o valor cresceu para R\$ 38 em 2022 e atingiu R\$ 86 em 2023. Esse aumento pode estar associado a novos investimentos em infraestrutura sanitária ou à execução de projetos anteriormente planejados, indicando uma inflexão positiva na priorização do setor. No entanto, essa elevação ainda não se refletiu, até 2023, em melhorias efetivas na cobertura de esgoto para a população de baixa renda, sugerindo um possível hiato entre gasto e impacto (Gráfico 12).

Na RI Baixo Amazonas, o comportamento foi inverso. O gasto per capita caiu de R\$ 34

em 2019 para R\$ 8 em 2021, mantendo níveis baixos até 2022, e subindo modestamente para R\$ 24 em 2023. Essa trajetória revela um enfraquecimento no investimento regional ao longo do período, possivelmente devido à contenção orçamentária, priorização de outras áreas ou dificuldades operacionais. Mesmo com a recente recuperação parcial, o patamar de 2023 ainda é inferior ao de 2019, o que pode comprometer a expansão de serviços de saneamento na região (Gráfico 12).

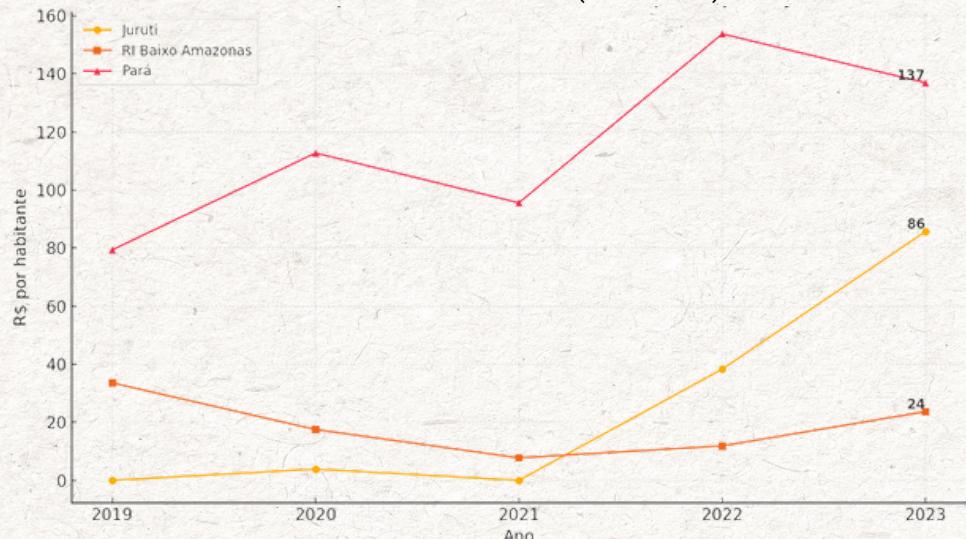
O estado do Pará, por sua vez, apresentou os maiores valores de gasto per capita e uma trajetória marcada por picos e quedas. Os investimentos passaram de R\$ 80 em 2019 para R\$ 114 em 2020, chegaram ao ápice em 2022

(R\$ 153) e recuaram levemente em 2023 para R\$ 137. Essa oscilação pode refletir tanto a sazonalidade de desembolsos públicos quanto o ciclo de execução de grandes obras. Ainda assim, os valores demonstram forte comprometimento orçamentário com o saneamento básico em nível estadual, o que coaduna com o crescimento observado na cobertura de esgoto entre a população de baixa renda (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 86/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



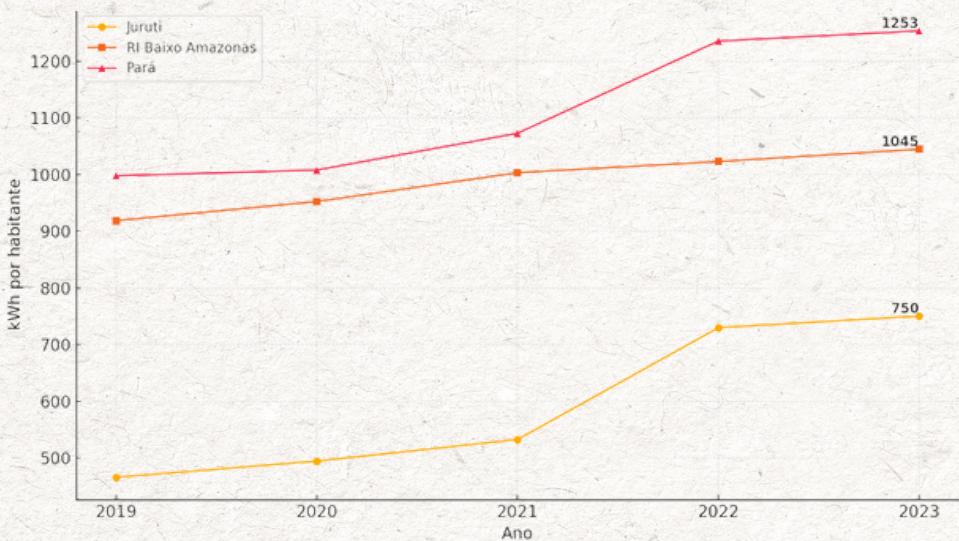
No município de Juruti, o consumo per capita de energia elétrica apresentou crescimento contínuo durante o período analisado. Em 2019, o consumo era de 466 kWh/hab., avançando modestamente até 2021 (534 kWh), mas com aceleração significativa a partir de 2022, quando atingiu 730 kWh, chegando a 750 kWh em 2023. Esse crescimento pode ser interpretado como reflexo da expansão do acesso à energia, aumento da urbanização, inclusão de novos domicílios no sistema interligado e maior uso de eletrodomésticos e equipamentos (Gráfico 13).



Na RI Baixo Amazonas, o padrão foi igualmente de crescimento, porém mais estável e com valores superiores aos de Juruti. A região iniciou com 919 kWh/hab. em 2019 e avançou gradualmente até alcançar 1.045 kWh em 2023. O ritmo constante de elevação sugere um padrão regional de consumo que acompanha o desenvolvimento socioeconômico, ainda que com menor intensidade do que no estado como um todo. Esse crescimento progressivo também pode estar relacionado a melhorias na infraestrutura elétrica e à interiorização do fornecimento de energia (Gráfico 13).

Já o estado do Pará apresentou os maiores valores de consumo e a maior aceleração entre os recortes analisados. O consumo passou de 999 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022 (de 1.073 para 1.237 kWh). Esse crescimento pode indicar um avanço considerável na industrialização, urbanização e acesso à energia, especialmente em centros urbanos maiores, além de ser um indicador indireto de melhora no padrão de vida médio da população (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 750 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Juruti, o percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizam iluminação de origem fóssil (como lamparinas a querosene) apresentou leve queda até 2021, com um recuo mais acentuado a partir de 2022. Em 2019 e 2020, o índice estava em 13,7%, caiu para 13,3% em 2021, e reduziu-se para 11,8% em 2022 e 10,9% em 2023. Apesar da tendência de queda, os valores ainda são elevados, revelando desigualdade no acesso à energia elétrica segura e contínua, especialmente nas áreas mais isoladas ou com infraestrutura deficiente (Gráfico 14).



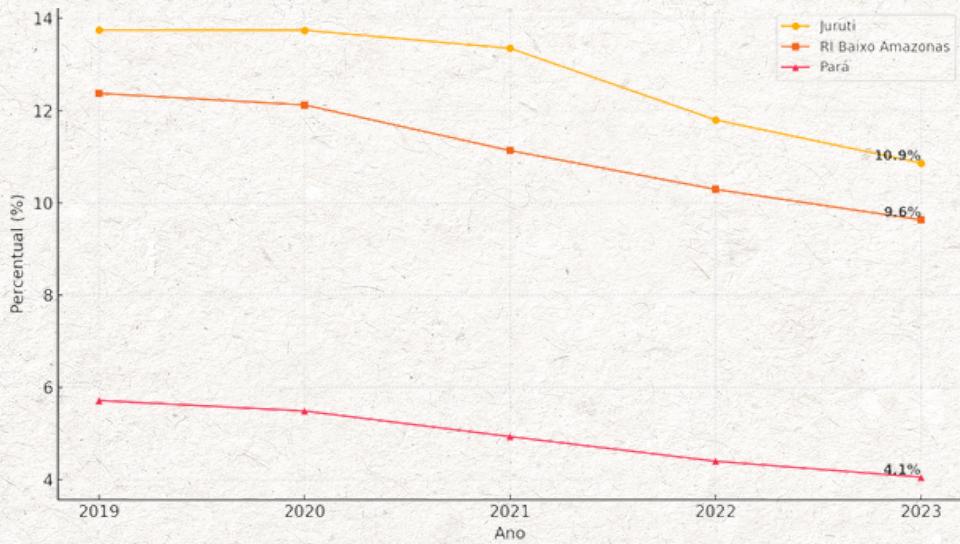
Na RI Baixo Amazonas, a redução também foi contínua e com valores levemente inferiores aos de Juruti. A taxa era de 12,4% em 2019 e foi diminuindo até alcançar 9,6% em 2023. Esse recuo mais expressivo nos anos finais sugere esforços regionais voltados à universalização do acesso à energia, com maior impacto entre a população de baixa renda, embora os resultados ainda revelem a persistência de bolsões de exclusão energética na região (Gráfico 14).

No estado do Pará, observa-

se o melhor desempenho entre os três recortes, tanto em valores absolutos quanto na taxa de redução. Em 2019, o percentual era de 5,7%, caindo progressivamente até atingir 4,1% em 2023. Essa trajetória indica uma ampliação mais eficiente da cobertura elétrica, com menor dependência de fontes precárias entre os domicílios vulneráveis. O desempenho estadual reflete provavelmente o efeito de políticas públicas estruturadas de eletrificação rural e expansão da rede em áreas anteriormente isoladas (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

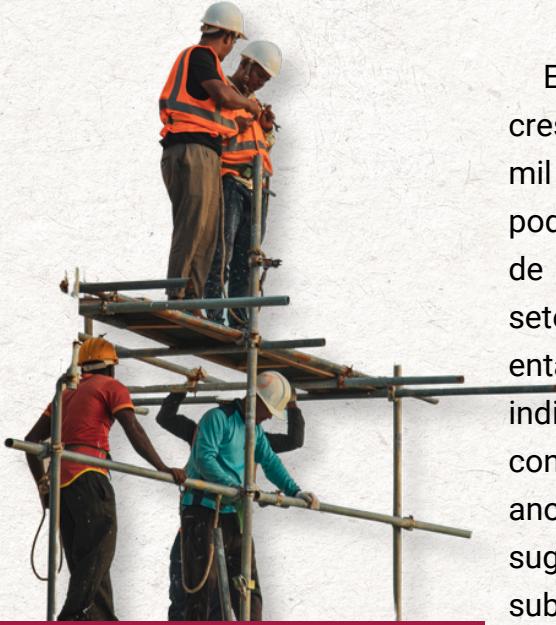


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2021, o município de Juruti apresentou um crescimento moderado no número de empregos formais por mil habitantes, saindo de 77 para 87. Esse avanço inicial pode estar ligado à retomada econômica local e à expansão de atividades com carteira assinada, especialmente em setores vinculados à indústria extrativa e serviços. No entanto, o maior destaque se deu em 2022, quando o indicador disparou para 161, evidenciando uma possível concentração de contratações formais expressivas nesse ano, seguida por queda acentuada para 103 em 2023, o que sugere um movimento de retração, reestruturação ou substituição por vínculos informais (Gráfico 15).

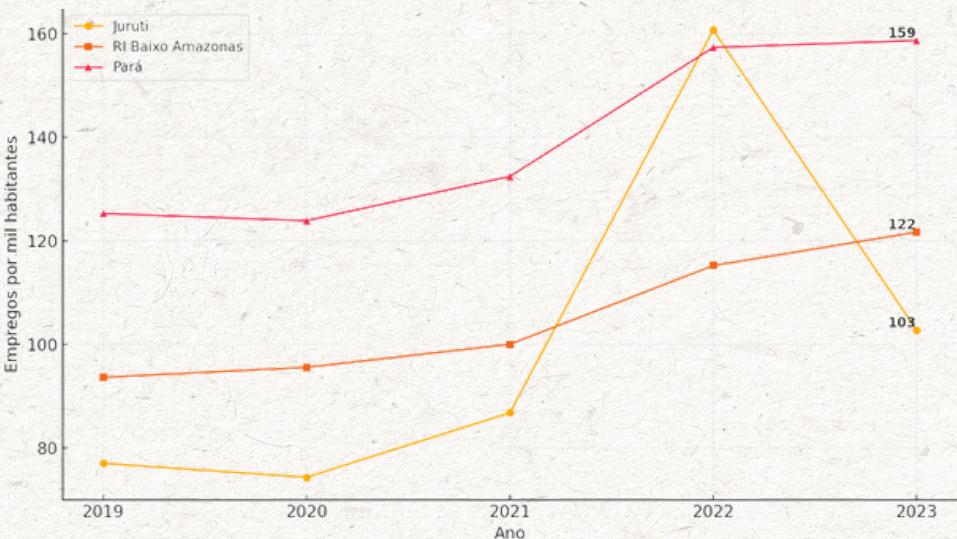
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi mais estável e progressivo. O indicador partiu de 94 empregos formais por mil habitantes em 2019 e avançou de forma contínua, atingindo 122 em 2023. Essa trajetória revela uma tendência consistente de crescimento do mercado formal na região, ainda que em ritmo mais moderado que Juruti em seu pico de 2022. O comportamento regional aponta para um cenário mais equilibrado, com menor exposição a variações abruptas, o que pode indicar maior diversidade de setores e regularidade na geração de empregos (Gráfico 15).

Já no estado do Pará, os dados revelam um patamar mais elevado de empregos formais por mil habitantes ao longo de todo o período. Em 2019, o estado já apresentava 126 empregos formais por



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

mil habitantes, mantendo-se relativamente estável até 2021, e apresentando um forte salto para 158 em 2022 e 159 em 2023. A manutenção desse patamar elevado evidencia um processo contínuo de formalização do mercado de trabalho, provavelmente puxado por polos urbanos e setores produtivos mais consolidados. A estabilidade em alta sugere resiliência e maturidade institucional no estado, contribuindo para avanços na qualidade do trabalho e na arrecadação tributária (Gráfico 15).

O município de Juruti apresentou crescimento contínuo do PIB per capita no período analisado. Em 2018, o valor era de R\$ 17.528 e subiu de forma consistente até alcançar R\$ 30.808 em 2022. O avanço mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, quando o indicador saltou de R\$ 24.327 para R\$ 30.808, sugerindo uma aceleração no dinamismo econômico local. Esse desempenho pode estar relacionado a atividades industriais de base extractiva ou grandes empreendimentos que elevam o valor agregado da economia local,

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 103 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



ainda que isso nem sempre se traduza em redistribuição equitativa de renda (Gráfico 16).

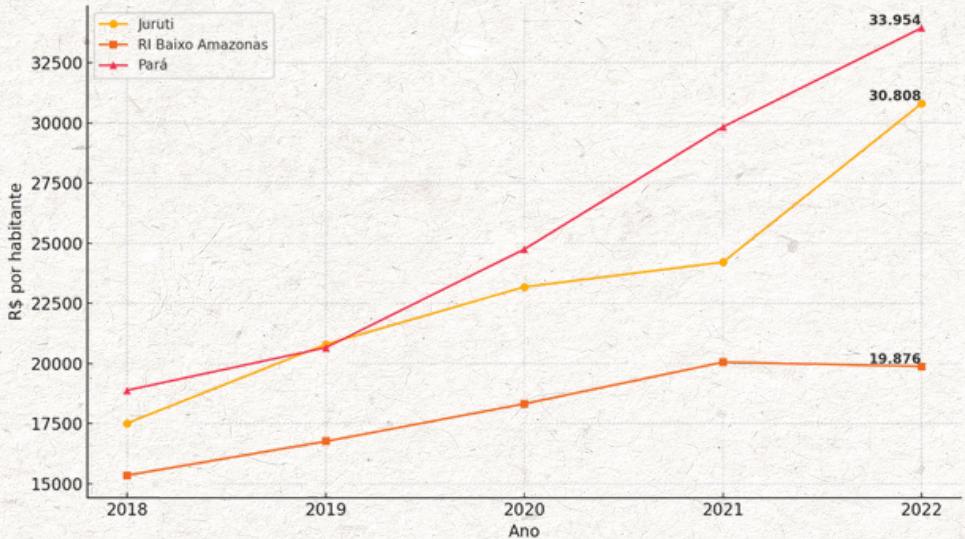
Na RI Baixo Amazonas, o crescimento do PIB per capita

também foi positivo, porém mais modesto e estável. O indicador partiu de R\$ 15.377 em 2018 e atingiu R\$ 19.876 em 2022, com crescimento gradual ano a ano. Essa tendência sugere uma expansão econômica regional com base mais diversificada, porém menos acelerada do que em Juruti. A estabilidade na trajetória pode indicar menor vulnerabilidade a oscilações, mas também menor capacidade de alavancagem econômica em curto prazo (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)

O estado do Pará, por sua vez, apresentou os maiores valores de PIB per capita em todos os anos analisados, iniciando com R\$ 18.924 em 2018 e alcançando R\$ 33.954 em 2022. O crescimento foi particularmente acentuado a partir de 2020, evidenciando o fortalecimento de setores como mineração, energia e agronegócio. O comportamento estadual sinaliza uma tendência de valorização da produção econômica, embora persista o desafio de conversão desse crescimento em melhorias sociais, dada a persistência de desigualdades (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 30.808/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Juruti, a participação da indústria no PIB variou significativamente ao longo do período. O indicador iniciou em 33,4% em 2018, saltou para 44,0% em 2019 e, após leve queda em 2020 (40,1%), sofreu recuo mais acentuado em 2021, atingindo 32,2%. Em 2022, voltou a subir para 35,2%. Essa volatilidade indica forte dependência de atividades industriais específicas, provavelmente ligadas à mineração ou transformação local, o que torna o município sensível a variações de mercado ou alterações na produção de grandes empreendimentos (Gráfico 17).

Na RI Baixo Amazonas, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB apresentou um comportamento mais estável, iniciando em 17,1% em 2018, subindo até 22,0% em 2020, e recuando levemente para 20,0% em 2022. A trajetória indica uma estrutura industrial regional de médio porte, com algum crescimento, mas sem grandes saltos. O padrão relativamente estável pode refletir a presença de pequenas e médias indústrias com menor exposição a choques externos e mais distribuídas territorialmente (Gráfico 17).

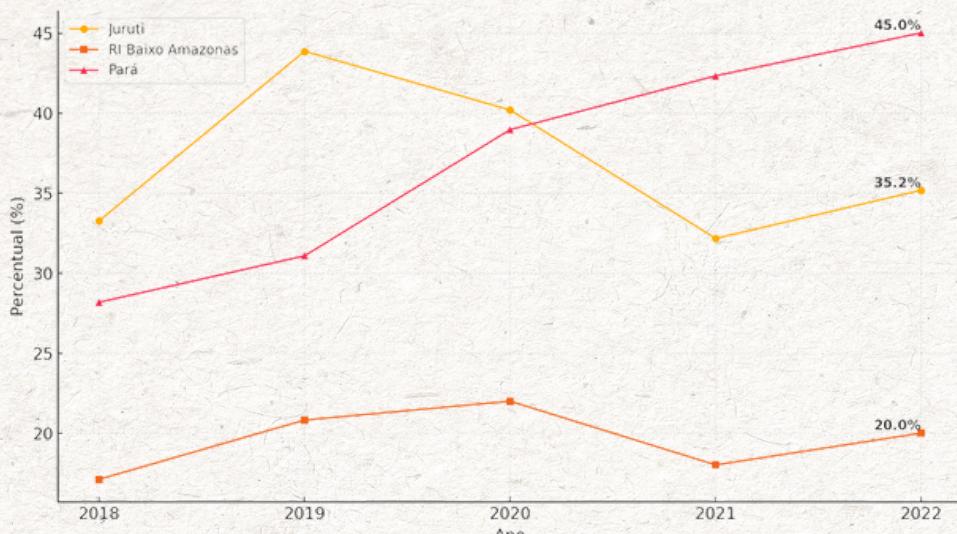
O estado do Pará demonstrou

uma trajetória ascendente e contínua de industrialização relativa. O indicador partiu de 28,5% em 2018 e chegou a 45,0% em 2022, representando quase metade do PIB estadual. Esse crescimento revela a consolidação da indústria como principal vetor da economia paraense, impulsionada por setores extractivos (mineração, energia) e de transformação. Tal desempenho evidencia a importância estratégica do setor industrial na composição do PIB estadual, embora levante questionamentos sobre a sustentabilidade e os impactos socioambientais desse modelo (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2022, o município de Juruti apresentou um crescimento expressivo no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, partindo de 8,3 em 2019 e alcançando um pico de 24,6 em 2022. Essa elevação acentuada sugere a possível implementação de políticas ou projetos de incentivo à ciência, como bolsas de pesquisa, centros de inovação ou ampliação do ensino superior



técnico e científico no território. No entanto, em 2023, observa-se uma queda significativa para 11,1, indicando possível descontinuidade nas iniciativas ou deslocamento desses profissionais para outras regiões (Gráfico 18).

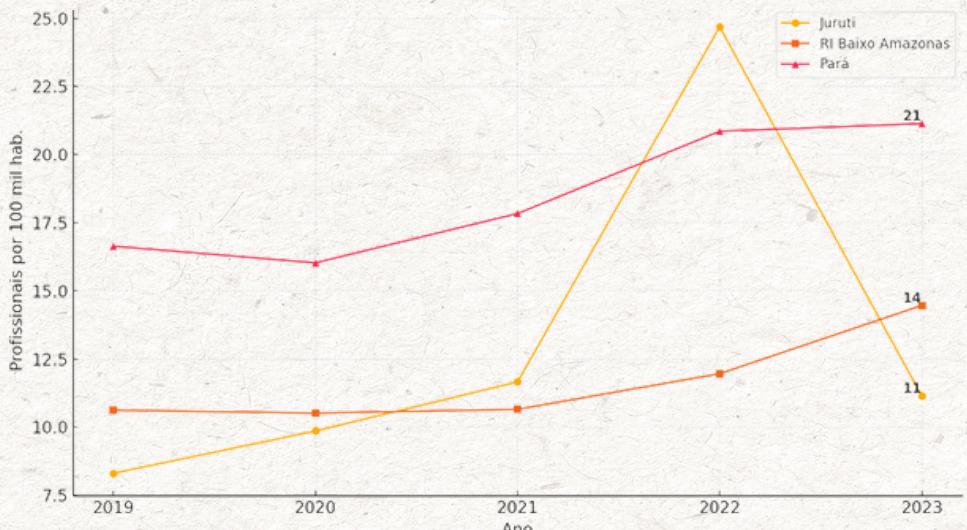


Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador cresceu de maneira mais estável e progressiva ao longo do período. Com um ponto de partida de 10,7 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, o número se manteve praticamente constante até 2021, seguido por uma elevação para 12,0 em 2022 e um salto mais expressivo em 2023, quando atingiu 14. Esse padrão de crescimento contínuo pode indicar esforços regionais de fortalecimento da ciência e tecnologia, com maior interiorização da qualificação profissional e de estruturas de pesquisa (Gráfico 18).



No estado do Pará, a evolução também foi positiva, com uma trajetória de crescimento mais linear. Em 2019, o estado registrava 16,7 profissionais por 100 mil habitantes e chegou a 21,0 em 2023, o valor mais alto da série. Esse desempenho aponta para uma política estadual de valorização da ciência, tecnologia e inovação, com destaque para a estabilidade e consistência na atração e retenção desses profissionais. A tendência ascendente pode refletir também o fortalecimento de universidades públicas, institutos de pesquisa e centros tecnológicos em diversos municípios paraenses (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao ODS 10: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2021, o município de Juruti apresentou relativa estabilidade em sua massa salarial formal como percentual do PIB, iniciando em 1,35% e caindo ligeiramente para 1,18% em 2020, seguido por uma leve recuperação para 1,26% em 2021. Esse comportamento sugere que, nesse período, o crescimento do PIB local foi proporcionalmente maior do que o avanço da massa salarial formal, o que pode indicar uma economia fortemente influenciada por atividades de capital intensivo com baixa absorção de mão de obra. Contudo, em 2022, o indicador saltou para 2,03%, revelando um ganho expressivo na participação dos salários formais na economia municipal, o que pode refletir tanto uma melhora na remuneração quanto

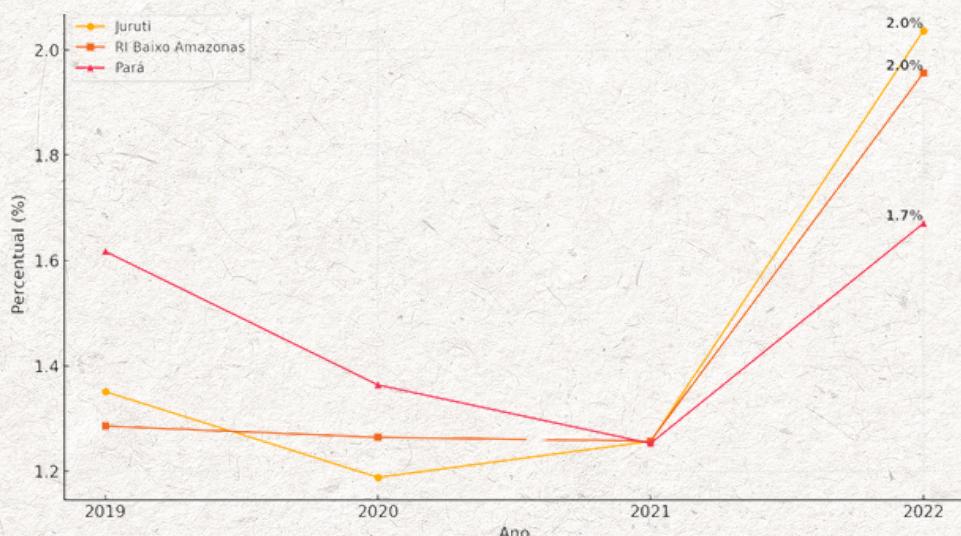
na formalização do trabalho (Gráfico 19).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador seguiu trajetória semelhante, com queda de 1,29% em 2019 para 1,26% em 2020 e nova redução para 1,25% em 2021, evidenciando um cenário de contenção da renda formal em relação ao PIB. A partir de 2022, há uma inflexão relevante, com o percentual subindo para 2%. Esse crescimento pode estar associado à recuperação econômica pós-pandemia e a estímulos ao emprego formal em municípios da região, refletindo maior inserção da população em ocupações com carteira assinada e incremento da massa de rendimentos em setores públicos e privados (Gráfico 19).

No estado do Pará, o indica-

dor também apresentou declínio nos primeiros anos, passando de 1,62% em 2019 para 1,26% em 2021. Essa tendência reforça a ideia de uma economia estadual impulsionada por setores de alta produtividade e pouca empregabilidade formal, como a mineração, que gera valor econômico elevado com impacto limitado sobre os salários da população. Em 2022, no entanto, o percentual avançou para 1,70%, sinalizando uma revalorização do emprego formal no contexto estadual. Ainda assim, o valor segue abaixo do registrado em Juruti e na RI Baixo Amazonas, sugerindo que a recuperação salarial pode ter ocorrido de forma mais intensa nos territórios com menor densidade econômica relativa (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

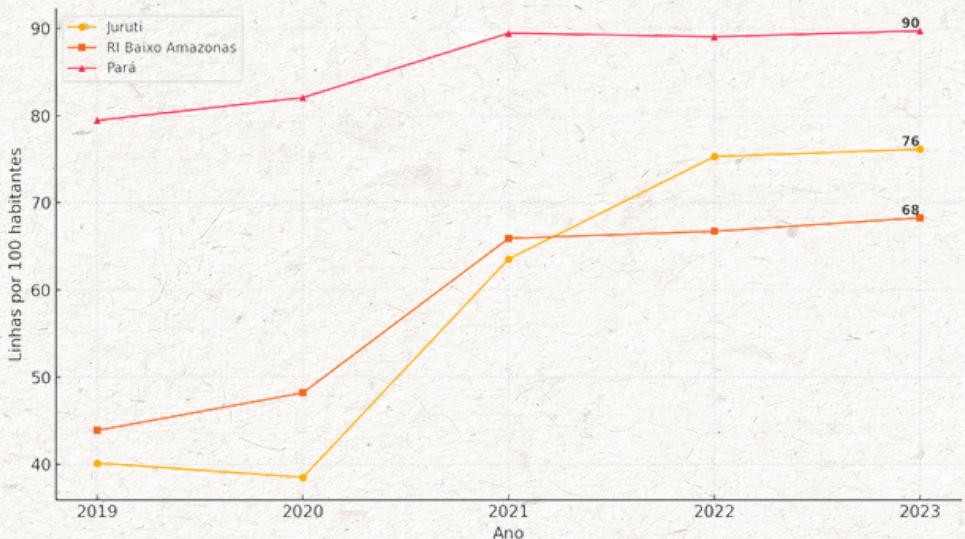
Em Juruti, o acesso à telefonia móvel apresentou forte expansão a partir de 2021. Após ligeira queda de 40 para 38 linhas por 100 habitantes entre 2019 e 2020, o indicador cresceu rapidamente, atingindo 64 em 2021 e alcançando 76 em 2023. Essa evolução pode estar associada à ampliação da cobertura de sinal, aumento da renda disponível e à crescente dependência de serviços móveis para comunicação, educação e inclusão digital, especialmente durante e após o período pandêmico (Gráfico 20).

Na RI Baixo Amazonas, o crescimento também foi evidente, mas com maior estabilidade e menos variação. O indicador saiu de 44 linhas por 100 habitantes em 2019 para 68 em 2023, com elevação gradual ano a ano. Esse padrão progressivo sugere avanços consistentes na infraestrutura de telecomunicações na região, ainda que o ritmo tenha sido um pouco mais moderado que o observado em Juruti, refletindo uma dinâmica regional mais equilibrada entre áreas urbanas e rurais (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Juruti, a despesa per capita com cultura e gestão ambiental variou de forma expressiva entre 2019 e 2023. Após iniciar com R\$ 114 em 2019, houve queda acentuada para R\$ 74 em 2020 e R\$ 72 em 2021, provavelmente em função de restrições orçamentárias ou redirecionamento de recursos durante a pandemia. No entanto, a partir de 2022, os valores cresceram substancialmente, alcançando R\$ 200 e depois R\$ 283 em 2023, o que sugere uma retomada e possível priorização desses setores na agenda pública municipal (Gráfico 21).

Na RI Baixo Amazonas, o

comportamento foi mais contido e linear. As despesas por habitante oscilaram levemente, de R\$ 46 em 2019 para R\$ 64 em 2023, com leve redução em 2021 e recuperação nos dois anos seguintes. Isso indica certo esforço regional de manutenção do investimento nesses setores, mesmo durante o período crítico da pandemia, embora sem os saltos observados em Juruti. O crescimento pós-2021 pode estar associado à reestruturação de políticas culturais e ambientais regionais (Gráfico 21).

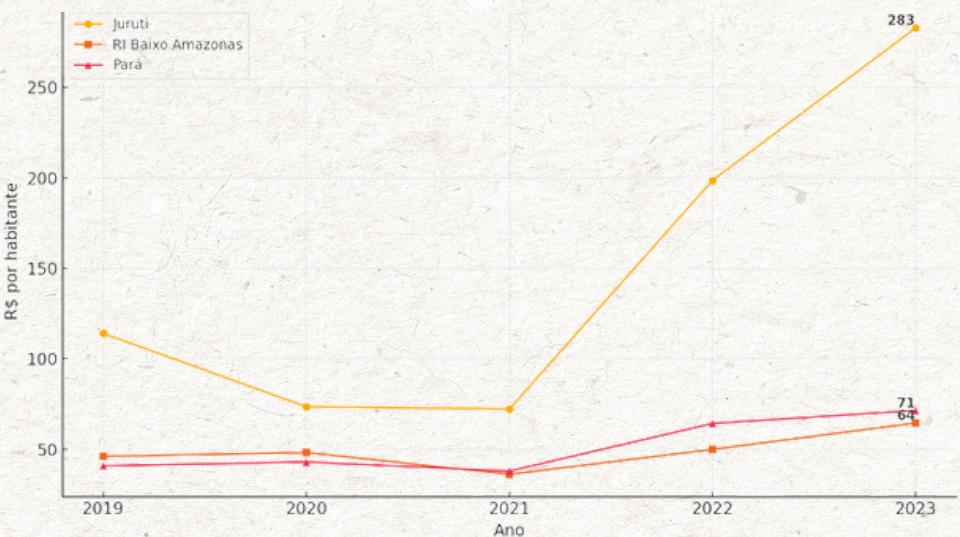
Já no estado do Pará, o padrão foi semelhante ao da RI:

valores relativamente estáveis entre 2019 e 2021 (em torno de R\$ 40 a R\$ 45), seguidos por um incremento em 2022 e 2023, chegando a R\$ 71. A retomada do crescimento do gasto per capita a partir de 2022 reflete uma recuperação orçamentária estadual e maior atenção às pautas culturais e ambientais. Ainda assim, os valores permanecem abaixo dos praticados em Juruti, sinalizando que, em termos proporcionais, o município destinou recursos significativamente maiores nesses campos em 2022 e 2023 (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 283/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





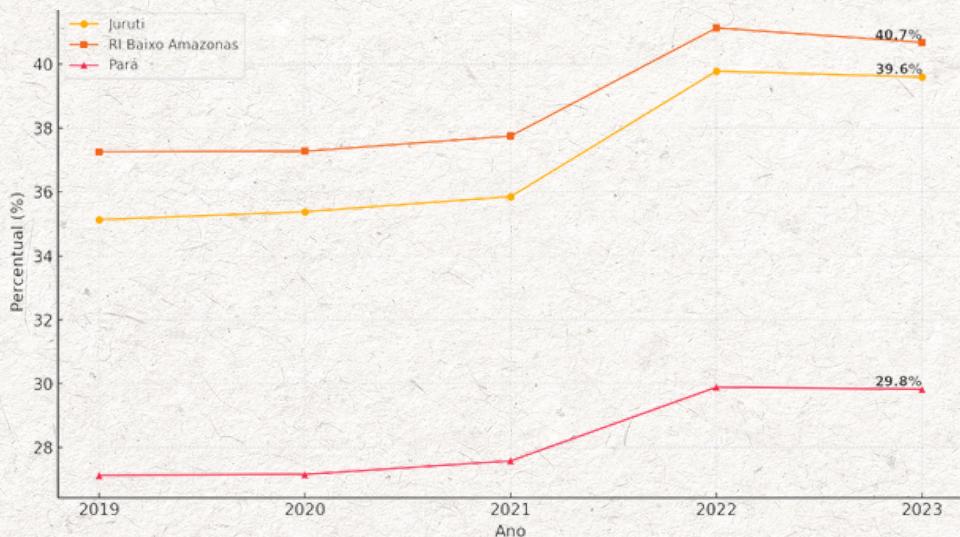
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Juruti, o percentual de pessoas de baixa renda que adotam práticas inadequadas de destinação do lixo, como queimar ou enterrar, apresentou crescimento ao longo do período. Em 2019, o índice era de 35,1% e se manteve relativamente estável até 2021, quando subiu para 35,9%. A partir de 2022, houve uma elevação mais expressiva, atingindo 39,6% em 2023. Esse avanço indica um agravamento das condições de acesso a serviços regulares de coleta de resíduos, sobretudo em áreas de maior vulnerabilidade social (Gráfico 22).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi semelhante ao de Juruti, porém com patamares ligeiramente superiores. A taxa oscilou pouco entre 2019 e 2021 (em torno de 37,3% a 37,8%), mas teve um salto mais acentuado em 2022, chegando a 41,1%, e recuou levemente para 40,7% em 2023. Ainda que a RI tenha apresentado um leve declínio no último ano, o dado revela uma permanência de práticas ambientalmente inadequadas de manejo de resíduos entre a população mais pobre da região (Gráfico 22).

No estado do Pará, embora os percentuais sejam inferiores aos registrados em Juruti e na RI, a tendência também foi de alta. Em 2019, 27,1% da população de baixa renda se enquadrava nessa condição, e esse número subiu para 29,8% em 2023. O crescimento mais forte ocorreu entre 2021 e 2022, sugerindo que o problema é generalizado e possivelmente associado à expansão urbana desordenada, deficiências nos sistemas públicos de coleta ou dificuldades de cobertura em áreas remotas, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas de saneamento e gestão de resíduos sólido (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



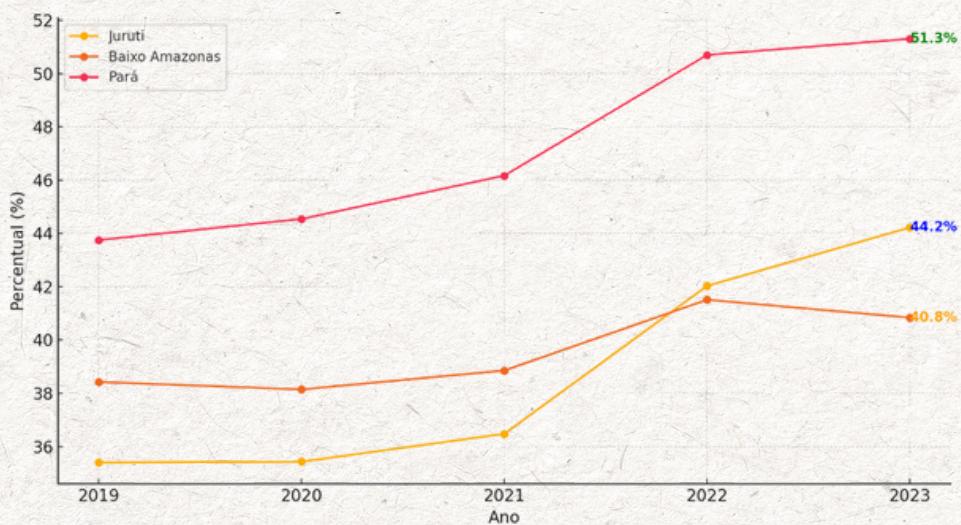
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Juruti apresentou uma tendência crescente no percentual de sua população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar, prática considerada inadequada para o saneamento básico. O índice subiu de 35,4% em 2019 para 36,5% em 2021, mas a elevação mais marcante ocorreu entre 2021 e 2022, quando saltou para 42,1 %, chegando a 44,2% em 2023. Esse aumento pode indicar crescimento populacional em áreas não servidas por rede de esgoto, aliado a falhas na expansão da infraestrutura sanitária para os domicílios de menor renda (Gráfico 23).

A Região de Integração Baixo Amazonas manteve percentuais historicamente superiores aos de Juruti até 2021, mas foi superada por este a partir de 2022. A taxa na RI cresceu moderadamente de 38,5% em 2019 para 41,6% em 2022, recuando levemente para 40,8% em 2023. Essa leve queda no último ano, embora positiva, ainda ocorre dentro de um patamar elevado de uso de soluções precárias de saneamento entre as populações mais pobres, revelando uma situação crônica de exclusão dos serviços públicos adequados (Gráfico 23).

No estado do Pará, o indicador é ainda mais preocupante, com percentuais mais altos e crescimento contínuo ao longo dos anos. O dado saiu de 43,9% em 2019 para 51,3% em 2023, ultrapassando a metade da população de baixa renda nesse contexto. Isso mostra que, em termos estruturais, o saneamento adequado continua inacessível para grande parte da população paraense em situação de vulnerabilidade. A alta persistente desse indicador sinaliza a urgência de investimentos robustos em esgotamento sanitário, especialmente em territórios rurais e periferias urbanas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



Em Juruti, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram grande oscilação ao longo do período analisado. Em 2019, o município iniciou com um valor expressivo de R\$ 150 por habitante, mas em 2020 e 2021 houve uma queda brusca para R\$ 36, permanecendo nesse patamar por dois anos consecutivos. A partir de 2022, observa-se uma recuperação acentuada, com os gastos subindo para R\$ 130 e, em 2023, atingindo R\$ 263. Esse crescimento recente pode refletir maior atenção municipal à gestão de riscos, embora a instabilidade no in-

vestimento ao longo dos anos indique fragilidade na continuidade de políticas preventivas (Gráfico 24).

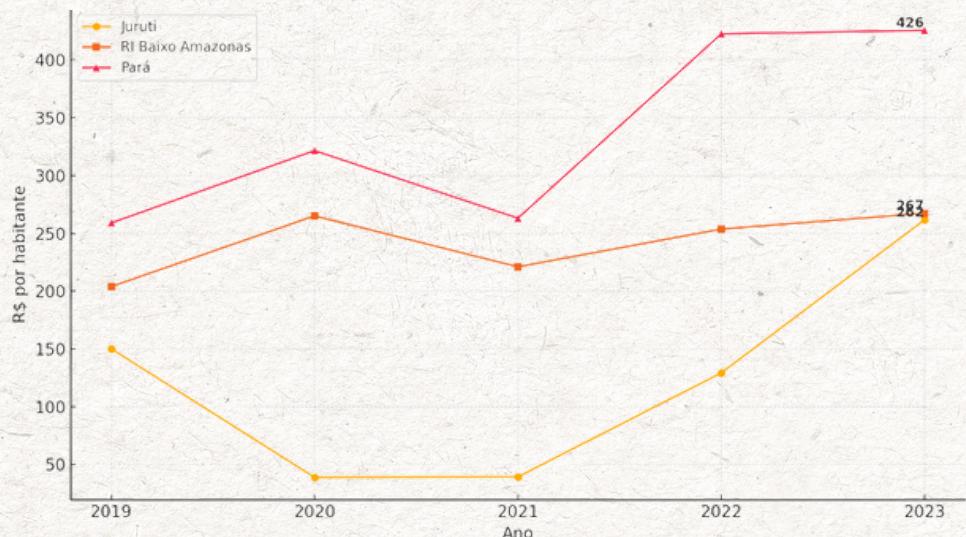
Na Região de Integração Baixo Amazonas, os valores foram mais estáveis e elevados em comparação a Juruti. Em 2019, a despesa foi de R\$ 205 por habitante, subindo para R\$ 266 em 2020, com um leve recuo em 2021 (R\$ 224). A partir de então, houve uma retomada de crescimento gradual, culminando em R\$ 267 em 2023. Esse comportamento indica um compromisso mais constante com ações preventivas frente a e-



ventos climáticos extremos ou situações de vulnerabilidade ambiental, o que pode estar relacionado à maior escala territorial e capacidade técnica da RI (Gráfico 24).

No estado do Pará, os gastos foram significativamente superiores aos dos outros níveis territoriais. O valor por habitante saltou de R\$ 260 em 2019 para R\$ 323 em 2020, teve um breve recuo em 2021 (R\$ 263) e voltou a crescer fortemente em 2022, atingindo R\$ 426 em 2023. Essa elevação expressiva nos dois últimos anos pode estar associada à intensificação das políticas estaduais de adaptação climática e prevenção de desastres naturais, como enchentes e deslizamentos, reforçando o papel do governo estadual no financiamento de ações estruturantes de resiliência ambiental (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 263/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Juruti, os gastos per capita com preservação de recursos aquáticos seguiram um padrão de oscilação significativa. O município iniciou 2019 com R\$ 129 por habitante, crescendo para R\$ 141 em 2020 e mantendo-se praticamente estável em 2021 (R\$ 137). Contudo, em 2022 houve um recuo relevante para R\$ 84, seguido por uma retomada em 2023, com elevação para R\$ 173. Essa variação aponta para uma priorização intermitente do tema ambiental aquático, que pode depender de ciclos de projetos específicos ou variações no orçamento municipal (Gráfico 25).

Na Região de Integração Bai-



xo Amazonas, o indicador mostra um padrão de maior estabilidade e aumento mais consistente. O valor saltou de R\$ 167 em 2019 para R\$ 220 em 2020, manteve-se próximo em 2021 (R\$ 217), sofreu redução para R\$ 164 em 2022, mas apresentou um forte crescimento em 2023, atingindo R\$ 387. Este avanço expressivo pode indicar o início ou consolidação de projetos de proteção hídrica regional, como controle de poluição, preservação

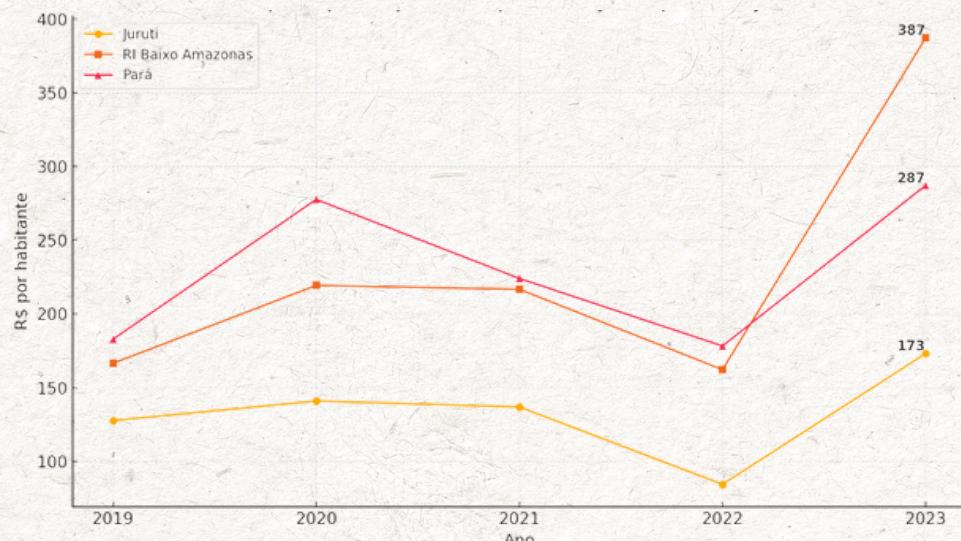
de mananciais ou ações voltadas à pesca sustentável e conservação de ecossistemas fluviais (Gráfico 25).

No Pará, os gastos estaduais seguiram uma tendência semelhante à da RI, mas em patamares geralmente mais altos. O valor por habitante saiu de R\$ 185 em 2019 e cresceu fortemente em 2020 para R\$ 279. Após ligeira queda nos dois anos seguintes (chegando a R\$ 180 em 2022), os investimentos voltaram a subir



para R\$ 287 em 2023. Isso demonstra que o estado tem mantido, de forma relativamente constante, um esforço de investimento na proteção dos recursos hídricos, alinhado aos compromissos ambientais da região amazônica, com possível conexão a políticas de sustentabilidade e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 173/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O indicador revela que Juruti manteve relativa estabilidade na proporção de área florestal entre 2019 e 2020, situando-se em torno de 64%, mas sofreu queda acentuada em 2021, atingindo cerca de 35%. Essa redução abrupta contrasta com os níveis anteriores e sugere ou uma alteração metodológica significativa, uma expansão urbana/agropecuária localizada ou perda de cobertura vegetal não compensada por medidas de conservação. No entanto, essa queda foi revertida nos anos seguintes, com recuperação para 63,9% em 2022 e manutenção em 2023, voltando ao patamar inicial (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o percentual da área de floresta apresentou desempenho relativamente es-

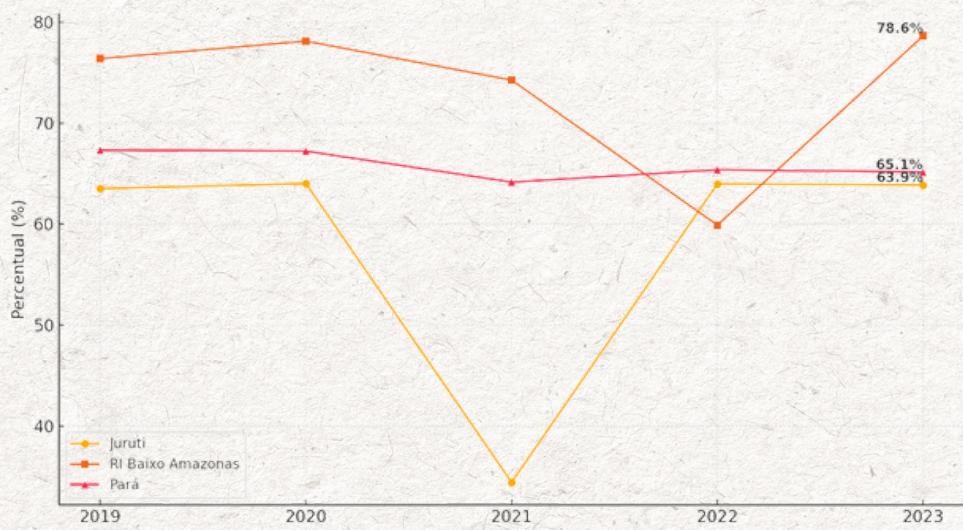
tável, com um leve aumento entre 2019 e 2020 (de 76% para 78%), seguido por uma queda gradual até 2022 (60%). O valor volta a subir em 2023, alcançando o maior patamar da série: 78,6%. Essa oscilação moderada, apesar da queda pontual, indica um território amplamente preservado, com

possível intensificação recente de políticas de controle ambiental ou regeneração natural (Gráfico 26).

Já o estado do Pará mostra uma estabilidade bem maior, com variações mínimas ao longo da série – de 67,3% em 2019 para 65,1% em 2023. A queda verificada em 2021 (para 64%) é discreta, e a posterior recuperação também foi limitada. Essa constância aponta para uma cobertura florestal significativa no estado como um todo, mas também pode refletir a persistência de pressões antrópicas mais contidas ou geograficamente concentradas, especialmente fora de áreas protegidas (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O percentual da área desmatada em Juruti apresentou comportamento praticamente estável ao longo do período, oscilando levemente entre 14,7% e 15,1%. A ausência de flutuações significativas indica que o município, apesar de estar inserido em uma região de pressão ambiental constante, conseguiu manter sob controle o avanço do desmatamento em termos proporcionais. No entanto, o fato de essa taxa permanecer acima de 15% sugere que há desafios históricos e estruturais no combate à degradação da cobertura vegetal (Gráfico 27).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, a trajetória é mais volátil. Entre 2019 e 2021, o percentual manteve-se

em torno de 6,7%, mas saltou expressivamente para 13,2% em 2022, quase dobrando em um único ano. Essa elevação pode estar associada a surtos de desmatamento concentrado ou à intensificação de atividades agropecuárias ou madeireiras. Em 2023, observa-se uma queda significativa para 7,2%, sugerindo resposta institucional ou ação corretiva pontual após o pico do ano anterior (Gráfico 27).

O estado do Pará, por sua vez, exibe uma tendência de crescimento contínuo no percentual da área desmatada: partindo de 21,7% em 2019 e chegando a 23,2% em 2023. Essa elevação, ainda que suave, reflete uma expansão gradual do desmatamento em

escala estadual, coerente com os alertas ambientais emitidos nos últimos anos. O dado evidencia a complexidade da gestão florestal no estado e a necessidade de políticas mais efetivas e descentralizadas de contenção da perda vegetal (Gráfico 27).

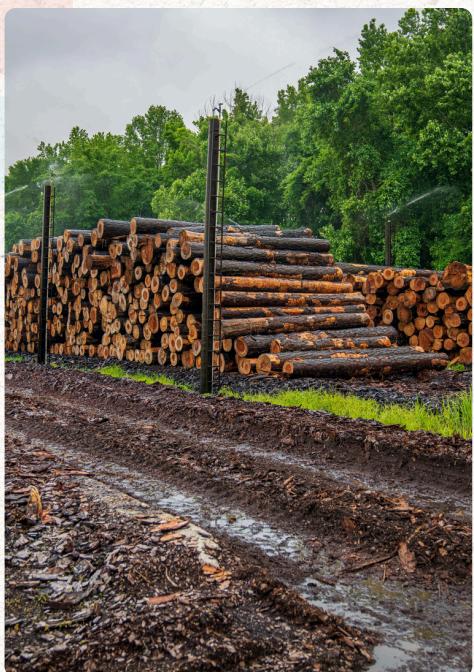
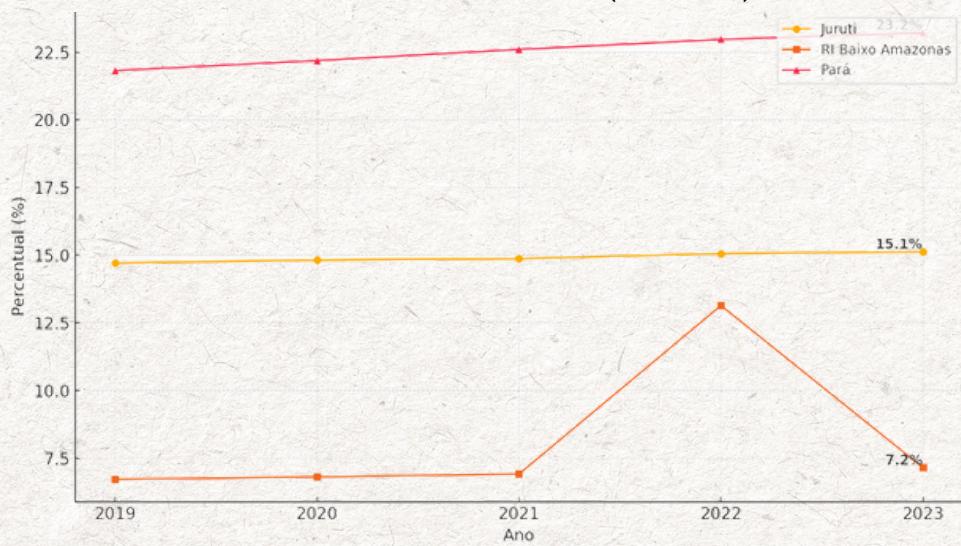


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, observou-se uma tendência consistente de redução do trabalho infantil em todos os níveis territoriais analisados. No município de Juruti, a taxa caiu de 10,3 casos por 100 mil habitantes em 2019 para zero em 2023, o que representa uma erradicação estatística do indicador nesse intervalo. Essa redução foi contínua ao longo dos anos, sem aumentos pontuais, sinalizando ações locais efetivas no combate ao trabalho infantil (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Na Região de Integração (RI) Baixo Amazonas, os dados também revelam declínio: o número de casos por 100 mil habitantes passou de 19,7 em 2019 para 6,3 em 2023. Apesar de um leve aumento em 2020, a tendência geral foi de queda, sugerindo uma atuação regional mais gradual, porém também eficaz. O resultado evidencia avanços que ainda demandam atenção para alcançar os mesmos níveis de erradicação obtidos por Juruti (Gráfico 28).

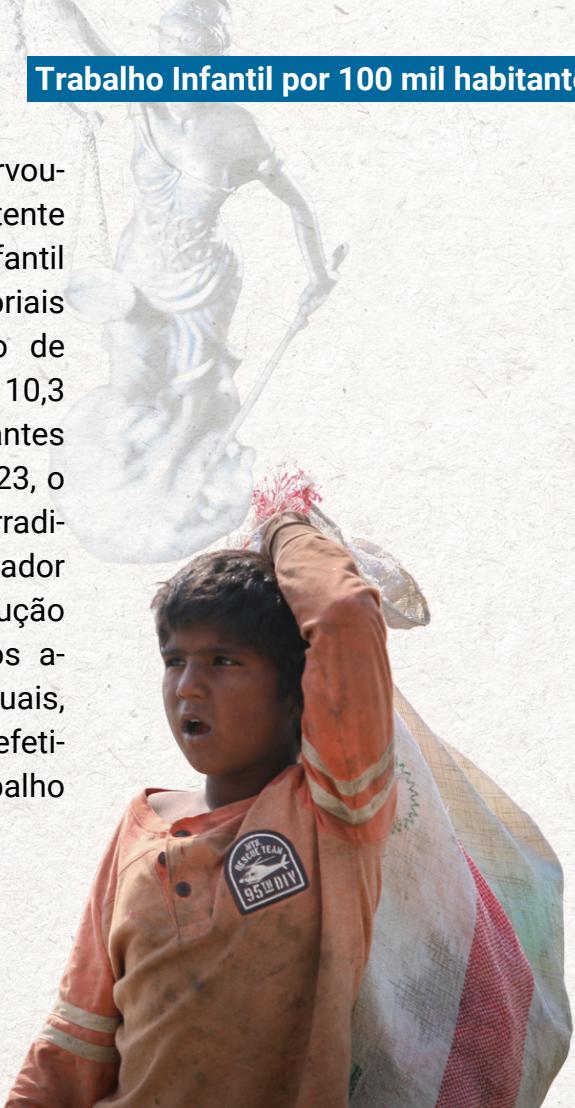
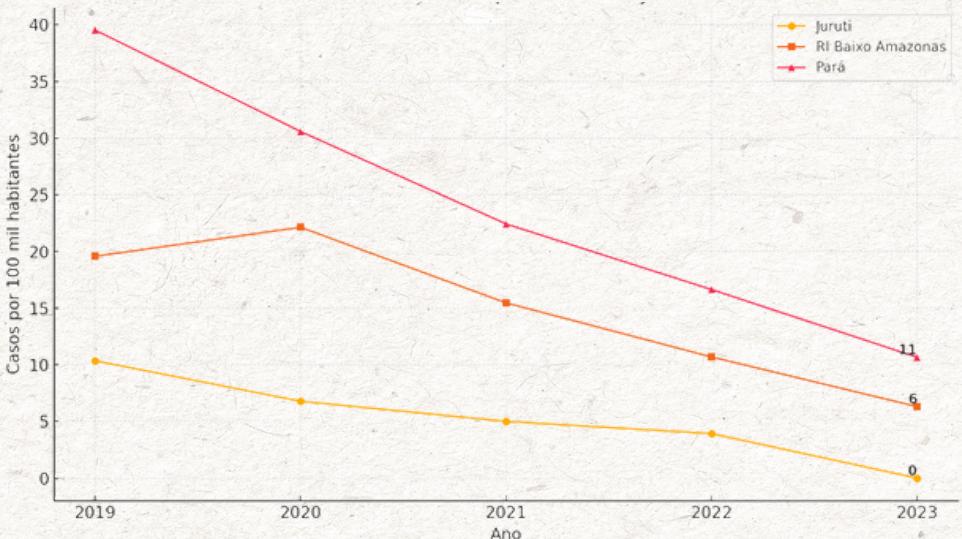




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Juruti oscilou entre 2019 e 2023, com tendência de aumento até 2022, seguida por estabilização. Em 2019, a taxa era de 8,7 e atingiu 17,9 em 2022, mantendo-se nesse patamar em 2023 (18). Esse crescimento, embora aparentemente estabilizado no último ano, representa um sinal de alerta, dado que a duplicação da taxa pode indicar fragilidades no sistema de segurança pública local ou aumento de conflitos sociais (Gráfico 29).

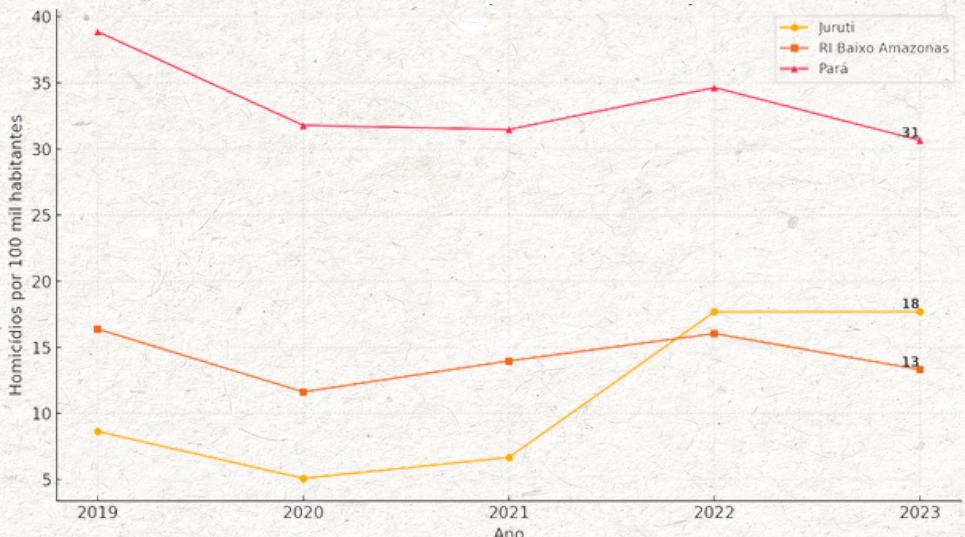
Na RI Baixo Amazonas, a taxa partiu de 16,3 em 2019, caiu para 11,7 em 2020, e oscilou nos anos seguintes, fechando em 2023 com 13,2 homicídios por 100 mil habitantes. Embora os números sejam inferiores aos de Juruti no final do período, a RI manteve uma relativa estabilidade com pequenas variações, demonstrando uma condição intermediária de controle da violência (Gráfico 29).

O estado do Pará apresentou a maior taxa entre os três níve-

is, apesar da tendência de leve declínio ao longo do período. A taxa era de 39,0 em 2019 e reduziu-se para 31,0 em 2023, com variações pontuais entre os anos. Esse cenário, embora mais grave, mostra um esforço estadual para contenção da violência letal, mas com desafios persistentes para alcançar níveis seguros e comparáveis à média nacional. A discrepância entre as regiões destaca a complexidade da segurança pública no estado (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





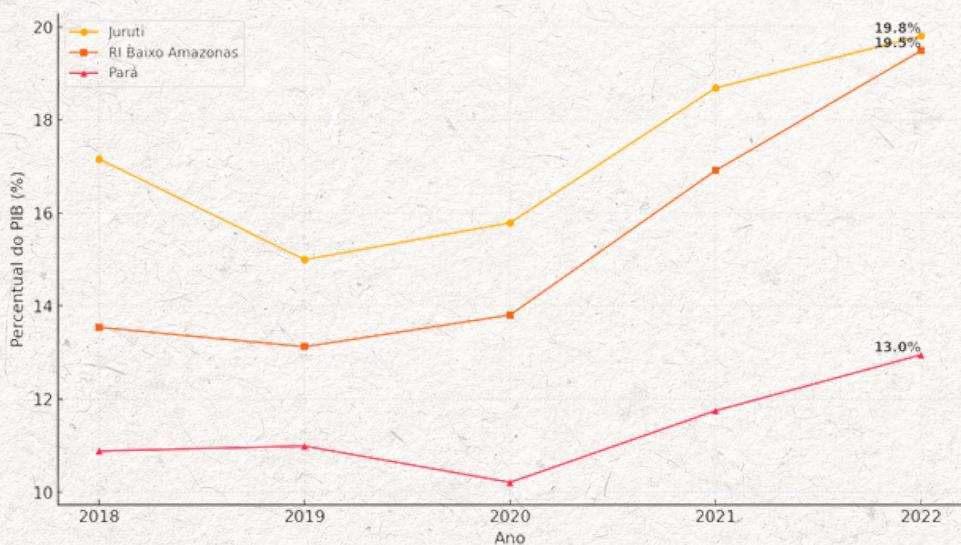
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Juruti apresentou uma trajetória de crescimento no indicador de Gasto Público Municipal como percentual do PIB. Apesar de um recuo de 17,2% para 15,0% entre 2018 e 2019, o município iniciou uma recuperação progressiva, atingindo 15,8% em 2020, 18,8% em 2021 e, por fim, 19,8% em 2022. Esse aumento pode refletir o fortalecimento das políticas públicas locais, aumento da arrecadação ou priorização de investimentos públicos em setores estratégicos para o desenvolvimento local (Gráfico 30).

Na Região de Integração (RI) do Baixo Amazonas, a evolução também foi positiva, embora mais gradual até 2020. O percentual saiu de 13,5% em 2018 para 13,8% em 2020, seguido de uma aceleração mais expressiva: 16,9% em 2021 e 19,5% em 2022. A convergência dos valores da RI com os de Juruti em 2022 sugere que, regionalmente, houve um esforço mais amplo de intensificação dos gastos públicos em relação ao PIB, possivelmente em resposta a demandas sociais ampliadas no período pós-pandemia (Gráfico 30).

No estado do Pará, o crescimento do indicador foi mais moderado, partindo de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022. Houve uma leve oscilação entre 2019 e 2020, com pequena queda em 2020 (10,2%), mas retomada nos anos seguintes. O padrão mais contido de crescimento em nível estadual, comparado a Juruti e à RI Baixo Amazonas, pode refletir limitações orçamentárias mais amplas ou uma composição econômica menos dependente do gasto público, o que evidencia a relevância das dinâmicas locais e regionais na definição da intensidade dos investimentos públicos (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

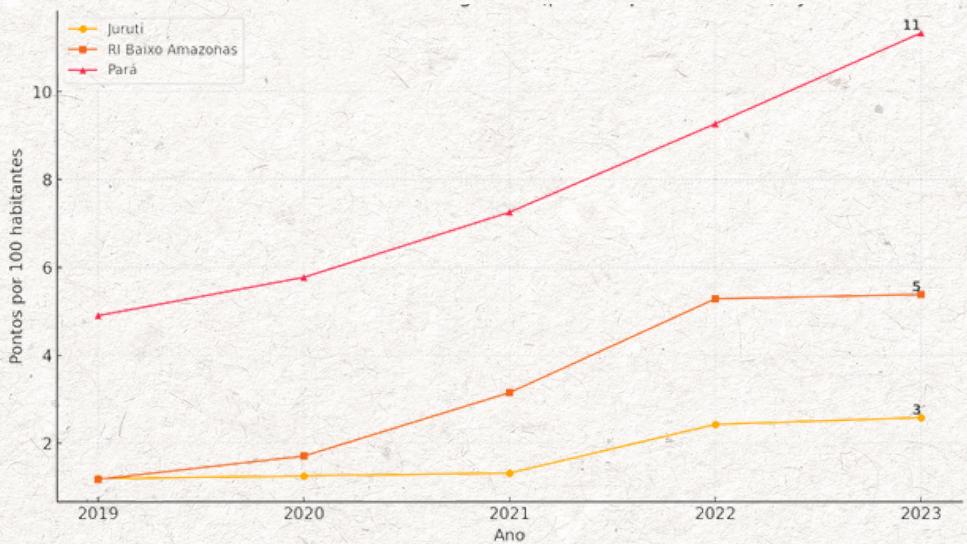
Entre 2019 e 2023, o município de Juruti apresentou crescimento contínuo na taxa de acesso à banda larga fixa, passando de cerca de 1 ponto por 100 habitantes para 3 pontos. Embora o avanço tenha sido gradual, com aceleração mais perceptível a partir de 2021, os valores absolutos ainda se mantêm baixos, evidenciando um acesso limitado à internet fixa no município. Essa trajetória indica que, apesar de esforços de ampliação, a infraestrutura de conectividade ainda está aquém do necessário para garantir inclusão digital plena (Gráfico 31).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o crescimento foi mais expressivo, partindo de 1,2 ponto em 2019 e alcançando 5 pontos em 2023. O avanço foi mais consistente e acelerado a partir de 2021, com destaque para a duplicação do índice entre 2020 e 2022. Esse desempenho sugere investimentos mais intensos na expansão da rede de banda larga, refletindo uma tendência regional de maior conectividade, ainda que permaneça distante dos padrões ideais para cobertura universal (Gráfico 31).

O estado do Pará, por sua vez,

apresentou o maior avanço e os maiores valores absolutos ao longo da série, saindo de 4,9 pontos em 2019 para 11 pontos em 2023. O crescimento foi linear e robusto, com uma média de incremento superior a 1 ponto por ano, indicando uma política estadual mais efetiva no que tange à infraestrutura digital. Ainda assim, mesmo no nível estadual, a taxa sugere que menos de 1 em cada 10 habitantes possui acesso à banda larga fixa, o que evidencia desafios persistentes em inclusão digital em áreas mais remotas e de baixa renda (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

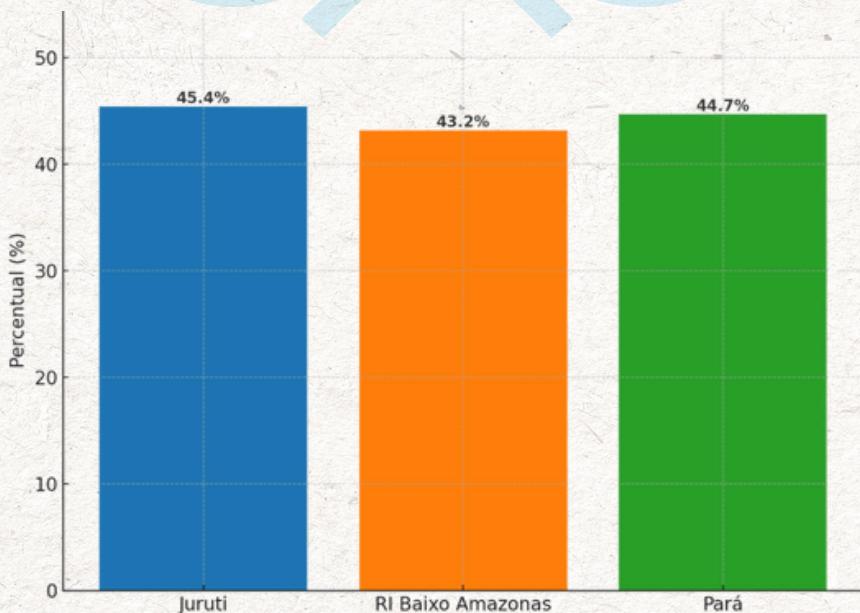
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Juruti** registrou um IDS de **45,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Juruti x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



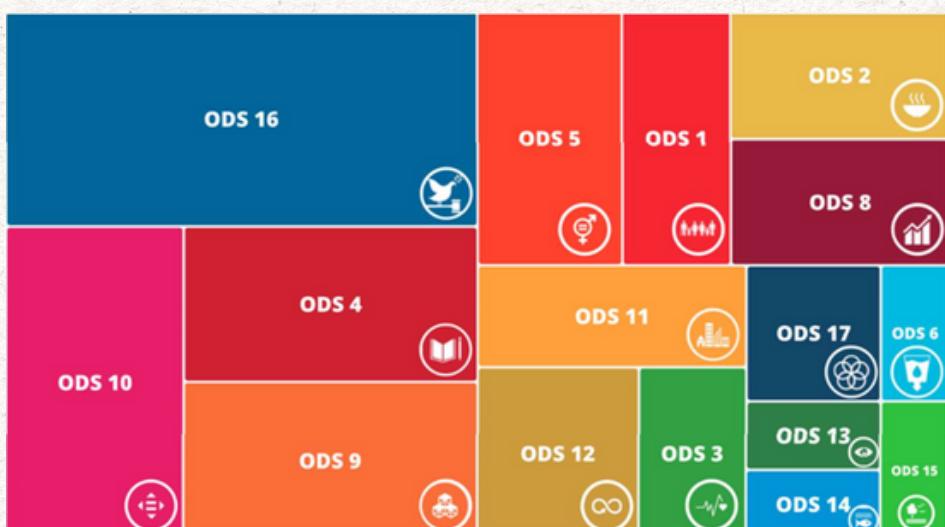
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Juruti na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Juruti e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

